

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Editorial

Timor-Leste : um abraço de solidariedade

Os recentes atentados em Timor-Leste a Ramos Horta e a Xanana Gusmão são uma intolerável afronta à mais jovem Nação do mundo. Merecem o nosso repúdio, a nossa indignação e a nossa revolta perante a desfaçatez e a cobardia dos seus autores.

Mas não podem igualmente deixar de nos interpelar perante a fragilidade e a vulnerabilidade das suas instituições democráticas e dos seus mais ilustres representantes.

Há, inexoravelmente, uma lição a retirar de todo este infausto acontecimento: Timor-Leste precisa urgentemente de repensar toda a sua estratégia de afirmação futura, por forma superar as endémicas debilidades de uma Nação multilingue e multicultural, desprovida das mais elementares infra-estruturas de equipamento e desfalcada de qualquer actividade económica significativa.

Não é fácil reposicionar no mapa da globalização um país cujos magros recursos de que dispõe se confinam às rendas de extracção do petróleo que outros exploram. Não é fácil restaurar a confiança de um povo martirizado pela ocupação, pela tirania e pela guerra com indeléveis feridas por sarar entre irmãos do mesmo sangue. Não é fácil orientar e enquadrar as linhas de força de desenvolvimento de um país entrincheirado entre duas grandes potências com interesses muitas vezes conflitantes.

Por tudo isto e mais do que nunca, Timor-Leste precisa de nós.

Nós dizemos: “ presente”.

Luís Filipe Menezes reúne-se, na Régua, com os responsáveis distritais sociais-democratas



Destaques:

“Um canal aberto de comunicação” entre PSD e Bastonário da Ordem dos Advogados

Em “Actividades do PSD”

Demissão do Presidente do INEM é “reflexo das trapalhadas da política de saúde”

Em “Actividades do PSD”

O Presidente do PSD escreve a Ramos Horta e a Xanana, a propósito dos atentados

Ver “caixa” em “Actividades do Presidente”

Atividades do Presidente

Reunião, na Régua, com os responsáveis distritais sociais-democratas

Luis Filipe Menezes defendeu, ante os responsáveis distritais do PSD, a transferência de atribuições e competências para as autarquias nas áreas da saúde, acção social, ordenamento de território, regulamentação do funcionamento e instalação de actividades económicas por todo o território nacional.

“Nós queremos recuperar uma iniciativa legislativa que estava pronta na altura do Governo de Cavaco Silva, com vista à transferência de competências amplas em outros sectores para além da educação”, afirmou Luis Filipe Menezes, no decorrer de uma reunião com as distritais do partido, na Régua.

Adiantou que a transferência de mais atribuições e competências para as autarquias vai permitir “melhorar a eficácia dos serviços e acabar com muitos dos conflitos que o país tem assistido nas últimas semanas”.

“Se as autarquias passarem a gerir os cuidados primários de saúde estou convencido que não haverá falta de médicos para assistir os utentes numa lógica de proximidade, não haverá encerramento em catadupa e sem sentido criterioso de serviços públicos no interior”, sublinhou.

Para o nosso Presidente, trata-se de uma panóplia de novas atribuições que “o poder local está mais do que maduro para poder assumir”.

“Obviamente” que, segundo salientou, tudo terá que ser feito “com as contrapartidas financeiras justas e necessárias”.

Esta medida está inserida num pacote de iniciativas sobre o Poder Local que o PSD quer apresentar no Parlamento até ao final desta sessão legislativa.

O PSD defende ainda o ressarcimento do Poder Local pelo “injusto financiamento” ao Estado, que as autarquias têm feito, nos últimos mandatos autárquicos, através da doação benévola de património ao Estado para a construção de hospitais, de centros de saúde, postos da PSP, quartéis da GNR, escolas de ensino básico secundário.

“Achamos que este é o momento de repor a justiça porque foi o próprio Governo que abriu a porta para que esta reivindicação ao ressarcir a Câmara de Lisboa, recém eleita, no valor de 13,5 milhões de euros por um terreno para construir um hospital de Todos os Santos, daqui a cinco anos”, salientou.

Considerou ainda que “não há nenhum sentido para a autarquia de



Lisboa, hoje socialista, ter um tratamento que as mais de 300 Câmaras do país não tiveram nos últimos anos”.

Por fim, o líder do PSD quer que o Estado “absorva” os empréstimos contraídos pelas autarquias para a construção de habitação social, uma área que diz estar “constitucionalmente consignada em exclusivo ao Governo e ao Estado”.

Em contrapartida, defende que as autarquias, que se querem envolver neste programa, fiquem obrigadas a um Polis Social.

“Ou seja, a investirem no mesmo período de tempo que estavam obrigadas a cumprir com determinado serviço da dívida, um investimento social do mesmo quantitativo prosseguindo políticas de apoio à infância, à terceira idade, à implementação de medidas para habitação de jovens casais, promoção do emprego, para o desenvolvimento económico”, frisou.

Para Luis Filipe Menezes, esta medida “funcionaria como um verdadeiro “polis social” de apoio, desenvolvimento e integração das zonas suburbanas das grandes cidades”.

Estas zonas onde, segundo frisou, se “exacerbou, nas últimas semanas, a turbulência e problemas vividos por razões trágicas”. – Fonte:PL e Lusa;

Fotos, Áudio Visuais PSD

Duas cartas do nosso Presidente ao Chefe de Estado e ao Primeiro-Ministro da República de Timor-Leste

**A Sua Excelência
O Presidente da República de Timor-Leste
Doutor José Ramos Horta**

Ao tomar conhecimento do atentado de que foi vítima, formulo votos de um rápido restabelecimento que permita logo que possível a V. Exa. reassumir as importantes funções na chefia do Estado.

O PSD condena firmemente os recentes acontecimentos em Timor que constituem uma flagrante violação da ordem democrática e das livres escolhas do povo timorense.

Peço-lhe que aceite, Senhor Presidente, os protestos da minha elevada consideração e amizade. - **Luis Filipe Menezes**

**A Sua Excelência
O Primeiro-Ministro de Timor-Leste
Senhor Comandante Xanana Gusmão**

Ao tomar conhecimento do atentado de que foram vítimas o Chefe de Estado e Vossa Excelência, gostaria de reafirmar a minha firme condenação, bem como a do PSD, pelas tentativas de alteração da ordem democrática e da livre escolha dos seus governantes pelo povo timorense.

Ao formular votos pelo rápido restabelecimento de Sua Excelência, o Presidente da República, reitero a V. Exa. a minha solidariedade pessoal e política.

Estou certo de que V. Exa., através do reforço das instituições democráticas, conseguirá liderar as acções que permitirão a Timor-Leste ultrapassar mais esta prova difícil.

Peço-lhe que aceite, Senhor Primeiro-Ministro, os protestos da minha elevada consideração e amizade. - **Luis Filipe Menezes**



Amorim Pereira garantiu existir “um canal aberto de comunicação” entre o PSD e o bastonário da Ordem dos Advogados

O dirigente social-democrata Amorim Pereira garantiu existir “um canal aberto de comunicação” com o bastonário da Ordem dos Advogados sobre os temas da Justiça, incluindo o combate à corrupção, no final de um encontro com Marinho Pinto.

Amorim Pereira, do Conselho de Jurisdição Nacional do PSD e o deputado Rui Gomes da Silva reuniram-se hoje com Marinho Pinto na sede da Ordem, em Lisboa, para “apresentar cumprimentos”, ao novo bastonário.

Questionado sobre se o tema da corrupção foi analisado, Amorim Pereira admitiu que “todos os temas foram falados” e frisou que o “que ficou claro é que, da parte do PSD, existe um canal aberto de comunicação” sobre os temas da justiça incluindo a corrupção.

“Não será o momento para falar sobre isso mas apenas dizer que em alguns pontos naturalmente nos identificamos com o que têm sido as posições do senhor bastonário, noutros temos algumas divergências”, disse.

Questionado sobre a posição de Marinho Pinto de que existe uma incompatibilidade entre o exercício da advocacia e o mandato parlamentar, e que deviam ser reforçados o regime de incompatibilidades e impedimentos, Amorim Pereira disse ser “útil discutir tudo”.

“É uma questão também na ordem do dia, a incompatibilidade com algumas actividades profissionais com o exercício da política também foi falada. O PSD terá a sua posição definida na altura em que aparecer alguma proposta nesse sentido mas não me parece que seja um tema dos mais essenciais neste momento”,



disse.

Quer os “problemas que afectam a classe dos advogados, quer a necessidade de pôr os tribunais ao serviço das populações” foram outros temas discutidos, afirmou.

Quanto ao bastonário, este disse, genericamente que foram abordados “muitos temas sobre a justiça”, escusando-se a responder a mais perguntas.

Ana Manso classifica a demissão do Presidente do INEM de “reflexo das trapalhadas da actual política de saúde”

A vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, Ana Manso, disse à Comunicação que a substituição do presidente do INEM, Luís Cunha Ribeiro, “é o reflexo das trapalhadas da actual política de saúde”.

A deputada social-democrata afirmou que “o importante é saber se Governo vai ou não alterar a política de saúde e reavaliar o processo de encerramento das urgências”.

“Vai ou não o Governo corrigir os erros? Como vai devolver a confiança e a segurança aos portugueses e vai pôr ponto final à conflitualidade existente no sector, criada por si?”, questionou.

Ana Manso referiu ainda que “é importante saber qual a articulação que

haverá entre o INEM, os bombeiros e a Cruz Vermelha que é tão esquecida neste processo todo”.

A parlamentar sublinhou que a actual saída do responsável máximo do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) “é a segunda em menos de 15 dias, depois da saída do ministro Correia de Campos, um dia antes de ir à comissão parlamentar de saúde”.

PSD ganha “intercalares” em Cristóval (Melgaço, Viana)

O PSD ganhou as eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Cristóval, Melgaço, com 201 votos, contra os 138 conquistados pelo PS e os 81 do CDS-PP.

Dos 631 eleitores inscritos em Cristóval, foram hoje às urnas 425, tendo-se ainda registado quatro votos brancos e um nulo.

O PSD conseguiu maioria absoluta, com quatro mandatos, tendo o PS conquistado dois e o CDS um.

O novo presidente da Junta de Cristóval é António Sousa, um construtor civil de 46 anos.

Estas foram as segundas intercalares em Cristóval desde as autárquicas de 2005, porque nas duas eleições anteriores nenhum dos três partidos alcançou maioria absoluta e nunca se conseguiu chegar a um

entendimento quanto à constituição da Junta e Assembleia.

Nas Autárquicas de 2005 ganhou o CDS-PP e nas intercalares de 2006 foi o PS, o partido mais votado.

Em ambas as ocasiões, o partido vencedor queria governar com maioria, mas as outras duas forças exigiam cada qual um lugar no Executivo, o que, na prática, significaria que, juntos, os partidos menos votados ficariam com mais “peso” e com poder de vetar todas as propostas do presidente da Junta.

O concelho de Melgaço tem 18 freguesias, 15 das quais geridas pelo PS e, com o resultado de hoje, três lideradas pelo PSD.

Cristóval é a freguesia mais a norte de Portugal, mesmo na fronteira com Espanha, com “péssima” cobertura das redes de telemóvel nacionais e com “muito fraco sinal” das televisões portuguesas.

António Sousa já prometeu que vai lutar para tentar colmatar estas lacunas.

PSD pede a presença da ministra da Educação no Parlamento para esclarecer a reforma do ensino público artístico

O PSD pede com urgência a presença da ministra da Educação no Parlamento para esclarecer os





fundamentos da reforma do ensino público artístico, disse à Lusa o vice-presidente do grupo parlamentar Pedro Duarte.

“Tomamos a iniciativa de, com urgência, chamar a ministra ao Parlamento para esclarecer os fundamentos do Governo para tomar estas medidas”, afirmou Pedro Duarte, que afirma que a reforma do ensino artístico “está a criar instabilidade e turbulência no sistema de ensino”.

Pedro Duarte acusa o Governo de estar a agir com “prepotência” sem “diálogo com os intervenientes e as escolas”.

“Temos uma posição de princípio: o ensino especializado é algo de que o país se deve orgulhar, nomeadamente o da música”, declarou quando questionado acerca da posição do PSD sobre a matéria.

No âmbito da reforma do ensino artístico especializado, a partir do próximo ano lectivo as escolas públicas de música estão impedidas de dar aulas ao 1º ciclo e terão de funcionar em regime integrado, ou seja, ministrarem formação geral (como em qualquer escola) e especializada (artística).

O Governo pretende assim acabar com o chamado regime de ensino supletivo, que permite aos alunos frequentar as disciplinas musicais no Conservatório e as do ensino geral numa escola à sua escolha.

A reforma surge com o intuito de, segundo o Ministério da Educação, “democratizar” o ensino da música, tornando-o acessível a mais jovens.

Na quinta-feira passada, mais de 100 pessoas, sobretudo alunos da Escola de Música do Conservatório de Lisboa, concentraram-se em frente do Ministério da Educação para mostrar a sua “insatisfação” com a reforma do Ministério de Maria de Lurdes Rodrigues.

Tiago Ivo Cruz, fundador do Movimento de Defesa do Ensino Artístico – MovArte - e ex-aluno da

escola, disse na altura que esta reforma “acaba com a possibilidade de 90 por cento dos alunos do ensino especializado de música terem aulas, visto que se prevê que o regime o supletivo termine, e este é o que oferece mais condições para alunos e seus pais”.

O fundador do MovArte afirmou duvidar “do que se consegue ensinar em duas horas apenas” nas actividades de enriquecimento curricular das escolas do 1º ciclo e que “a ministra parece querer transformar [a música] em mais uma disciplina de ATL em todas as escolas nacionais”.

Para Tiago Ivo Cruz, a generalidade das escolas não terá meios técnicos suficientes para assegurar o ensino da música, nomeadamente instrumentos musicais.

A primeira reunião com representantes do Ministério, estava prevista para o Conservatório, mas como este se encontrava rodeado de um cordão humano, feito por jovens alunos, pais e professores, manifestando o seu descontentamento por uma medida que mostra o total afastamento da realidade da burocracia da 5 de Outubro, a Ministra adiou o encontro.

Grupo Parlamentar realizou na segunda-feira uma visita de trabalho aos distritos de Castelo Branco e Portalegre

A direcção do grupo parlamentar do PSD realizou segunda-feira uma visita de trabalho aos distritos de Castelo Branco e Portalegre, com a desertificação, as questões agrícolas, os incêndios e a saúde, na agenda. “É uma visita de trabalho, os deputados têm obrigação de conhecer a realidade do país”, afirmou o líder parlamentar do PSD, Pedro Santana Lopes, em declarações aos jornalistas no

Parlamento.

Ainda segundo afirmou no Parlamento Santana Lopes, a visita, com início marcado para as 09:00 de segunda-feira no Serviço de Atendimento Permanente de Oleiros, irá ter como temas fortes a saúde, a desertificação do interior, as questões agrícolas, os incêndios e a falta de reflorestação.

Do SAP de Oleiros, que deverá ser encerrado, os deputados social-democratas seguirão para o Orvalho, para conhecer o projecto da estrada de ligação do Pinhal a Coimbra.

A seguir, a comitiva irá seguir para a Pínoval, uma empresa transformadora de madeira, que se encontra sedeada na zona da maior mancha de pinheiro bravo da Europa, nas proximidades das localidades de Oleiros, Proença, Vila Velha de Ródão, Sertã, Vila de Rei, Pampilhosa e Fundão.

A meio da manhã, a direcção do grupo parlamentar partirá para o concelho de Fundão, onde visitará Ladeira, uma aldeia com cerca de 20 habitantes, e a aldeia histórica de Castelo Novo.

A tarde será passada no distrito de Portalegre, com uma visita marcada ao bairro dos Assentos.

A deslocação terminará na Herdade da Mergulhagem, uma exploração agro-pecuária com produção de cereais e criação de ovinos e bovinos.

Guilherme Silva, falando em nome pessoal, pede a Sócrates que esclareça mais uma “trapalhada”

O deputado do PSD Guilherme Silva quebrou hoje o silêncio partidário sobre a polémica com o subsídio de exclusividade do ex-deputado José Sócrates, nos anos 90, defendendo que o primeiro-ministro deve explicações à Assembleia da República.

Guilherme Silva afirmou que “o ideal” era o primeiro-ministro ir dar explicações à Comissão da Ética, da Assembleia da República, embora admita que o faça por escrito, dado que “há uma situação nebulosa” quanto ao subsídio de exclusividade que recebeu enquanto deputado.

“Se eu sou deputado e também tenho um escritório aberto e não entra nenhum cliente, azar o meu. Não vou é dizer à Assembleia que quero um subsídio de exclusividade”, argumentou Guilherme Silva, que falou em nome pessoal, sem que tal vincule o PSD.

O jornal Público noticiou a 02 de Fevereiro que José Sócrates acumulou actividades profissionais no sector privado, entre finais de 1988 e princípios de 1992, com as funções de deputado do PS, que exercia em regime de exclusividade.

As explicações dadas pelo actual





chefe do Governo e secretário-geral do PS são, para Guilherme Silva, “insuficientes”.

Na resposta ao Público, Sócrates garantiu que, após ser eleito deputado, a sua “actividade privada tornou-se, naturalmente, muito residual, resumindo-se à intervenção pontual em pequenos projectos a pedido de amigos, sem remuneração”.

O primeiro-ministro adiantava que além de ter declarado todos os rendimentos - de “acerto final de contas”, em 1989, após ter cessado a colaboração com a empresa Sebastião Santos Goulão - na declaração fiscal, comunicou também aos serviços da assembleia esse montante, “para que não fosse aplicado nesse ano, como não foi, o regime de dedicação exclusiva”.

“A Assembleia da República tem uma Comissão da Ética, era aí que deveria dar explicações. O ideal era ir pessoalmente, mas aí a forma é o menos importante. O importante era dar explicações”, afirmou à Lusa Guilherme Silva.

A 1 de Fevereiro, o Público noticiou que José Sócrates assinou, enquanto engenheiro civil, entre 1980 e 1990, projectos que não eram seus durante os anos 80, posteriormente aprovados pela Câmara da Guarda.

Sócrates desmentiu o Público, acusando sexta-feira o jornal de “um ataque pessoal e político” por causa dessa “pretensa notícia”.

Nos dias seguintes, os partidos da oposição têm mantido silêncio sobre este caso, mas o “Público”, em reposta, tem mantido revelações subsequentes sobre o assunto, que está a ser abundantemente discutido na “blogosfera”, geralmente, em termos pouco favoráveis ao Primeiro Ministro

Maioria socialista “chumba” proposta do PSD sobre

acompanhamento parlamentar do novo aeroporto internacional de Lisboa

No passado dia 8, a maioria socialista “chumbou” a proposta do PSD de criação de uma comissão parlamentar para acompanhamento do novo aeroporto internacional de Lisboa. Essa proposta tinha o apoio de toda a Oposição.

Na quarta-feira, durante a discussão em plenário do pedido dos sociais-democratas, o PS antecipou o chumbo à proposta argumentando que o Parlamento já tem comissões

permanentes para acompanhar o novo aeroporto e os seus impactos ambientais e económicos.

Por outro lado, acrescentou ainda na altura o deputado socialista Nelson Baltazar, a fiscalização da execução da obra é da competência exclusiva do Tribunal de Contas.

Igualmente chumbado, com os votos contra do PS e do CDS-PP e a abstenção da bancada social-democrata, foi o projecto de resolução do PCP para a cessação de vigência do decreto que fixa em 65 anos o limite máximo de idade para o exercício das funções de piloto comandante e de co-

piloto de aeronaves em serviço de transporte público comercial de passageiros, carga ou correio

Anteriormente, o limite máximo para o exercício destas funções estava fixado em 60 anos.

A maioria socialista chumbou também os diplomas do CDS-PP, PCP e BE que propunham novas regras de actualização das pensões.

Há uma semana, durante a discussão em plenário das iniciativas, a bancada do PS justificou o voto contra por considerar que os diplomas “contrariam as orientações já aprovadas”.

Jorge Costa, lamenta que a avaliação da nova ponte sobre o Tejo não inclua as opções de entrada em Lisboa do comboio de alta velocidade.

O deputado do PSD, Jorge Costa, lamentou (no dia 7) que a avaliação relativa à nova ponte sobre o Tejo, pedida pelo ministro Mário Lino ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil, não inclua as opções de entrada em Lisboa do comboio de alta velocidade.

“Pena é que o estudo comparado não envolva a análise das duas alternativas [pela margem sul ou norte] da chegada a Lisboa do comboio de alta velocidade (TGV)”, disse Jorge Costa à Informação.

O ministro das Obras Públicas, Mário Lino, mandou o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) para avaliar qual a melhor solução para a nova ponte sobre o rio Tejo e se esta deve ser só ferroviária ou também rodoviária.



O prazo dado ao LNEC, que foi responsável pelo estudo comparativo que determinou a construção do novo aeroporto de Lisboa em Alcochete em detrimento da Ota, é de 45 dias.

O deputado do PSD lembrou que a decisão de pedir um estudo sobre as opções para a nova travessia do rio Tejo “vem de encontro ao desafio lançado pelo PSD” e afirmou que se mantém o mesmo desafio para que Mário Lino mande avaliar as duas opções relativas ao traçado do TGV na zona de Lisboa.

Em comunicado, o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações afirmou que “a travessia do rio Tejo no corredor Chelas-Barreiro foi sempre considerada como necessária por sucessivos governos”.

O Ministério justifica o pedido de um estudo ao LNEC com o facto de, “entretanto, em Novembro de 2007” terem sido “tornadas públicas propostas alternativas de localização da nova travessia do Tejo”, mesmo “tendo a RAVE efectuado a sua avaliação comparativa com a solução Chelas-Barreiro”.

O estudo do LNEC, que deverá estar concluído no final de Março, deve fazer uma “avaliação comparativa das alternativas existentes de travessia ferroviária do Tejo, na Área Metropolitana de Lisboa” e, também, “responder, de forma objectiva, sobre se existe viabilidade e justificação para associar uma componente rodoviária à travessia ferroviária do Tejo em Lisboa”.

Ricardo Martins pede à nova responsável da Saúde esclarecimentos sobre a possibilidade de reabertura dos serviços de saúde no distrito de Vila Real

O deputado social-democrata Ricardo Martins pediu esclarecimentos à ministra da Saúde sobre a possibilidade de reabertura dos serviços de saúde encerrados em Dezembro no distrito de Vila Real.

O Ministério da Saúde, liderado pelo então ministro Correia de Campos, encerrou no dia 27 de Dezembro o bloco de partos do Hospital de Chaves, a urgência do Hospital D.Luiz I, no Peso da Régua, e o atendimento nocturno dos serviços de atendimento permanente de Alijó, Murça e Vila Pouca de Aguiar.

Agora, depois da tomada de posse da nova ministra da Saúde, e das suas declarações em que considerou que o “encerramento das urgências sem estarem implementadas no terreno alternativas válidas era um erro”, Ricardo Martins quer saber se Ana Jorge “vai revogar os despachos” que ditaram o encerramento de serviços no distrito transmontano.

“Vai a senhora ministra da Saúde analisar e reavaliar as razões que ditaram estes encerramentos sem garantir alternativas às pessoas afectadas?”, questionou o deputado laranja no requerimento entregue na



Assembleia da República.

É que, segundo Ricardo Martins, os SAP's de Alijó, Murça e Vila Pouca de Aguiar encerraram durante a noite “sem que tenha sido reforçado o sistema de socorro e transporte pré-hospitalar”.

Referiu ainda que as viaturas médicas de emergência e reanimação, instaladas em Vila Real e Chaves, “nem sempre estão operacionais por falta de clínicos” e que o serviço de urgência da unidade de Vila Real do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, “não tem capacidade para absorver o aumento da procura registada”.

O deputado lembrou ainda as declarações da ministra Ana Jorge, numa sessão da Assembleia Municipal da Lourinhã, nas quais afirmou que “o número de partos não deve ser a única razão para ditar o encerramento das maternidades”.

Considerando que o bloco de partos de Chaves foi encerrado “apenas atendendo ao número de partos registados”, Ricardo Martins quer ainda saber se a ministra “pondera mandar reabrir” este serviço.

Deputados pelos Açores pedem esclarecimentos sobre negociações com os EUA a respeito e campos de treino para a aeronautica dos EUA

Os deputados do PSD Mota Amaral e Joaquim Ponte pretendem que o Governo confirme eventuais negociações com os EUA para a criação de um campo de treino para aviões militares norte-americanos a Norte dos Açores.

Os parlamentares sociais-democratas eleitos pelos Açores questionaram se a eventual criação desta zona de treino militar “possibilitará, ou não, uma revisão do actual Acordo de Cooperação e Defesa com os Estados Unidos, assinado em 1995”.

Ao abrigo deste acordo, Portugal cede facilidades militares às forças norte-americanas, que têm estacionado um destacamento seu na base portuguesa das Lajes, localizada na ilha Terceira.

Nas perguntas dirigidas ao executivo de José Sócrates, Mota Amaral e Joaquim Ponte perguntam, ainda, quais a contrapartidas que os Açores poderão esperar, caso se confirme a instalação no seu território de uma “das zonas de treino mais importantes do Ocidente no mundo” para os EUA e para NATO.

Pretendem, também, saber se o Governo tenciona acautelar todas as condições de preservação ambiental da região, através de estudos de impacto ambiental sobre a zona a afectar aos treinos militares.

Os deputados do PSD lembram que notícias divulgadas nos Açores dão conta de uma “discreta negociação entre Portugal e os Estados Unidos com vista a alterar substancialmente a missão que a base das Lajes tem desempenhado nas últimas décadas”.

“A ideia parece ser a de transformar as Lajes numa base de treino para os aviões e novas plataformas da Força Aérea dos EUA, estacionados na Europa e nos EUA”, adiantam os parlamentares do PSD/Açores.

Mota Amaral, antigo presidente do Governo Regional, e Joaquim Ponte adiantam também que, em Novembro, o comandante da Força Aérea na Europa “defendeu que as Lajes eram um excelente local para treinos dos F-22 e dos futuros F-35 Lightning e de outros sistemas de armamento como mísseis hipersónicos”.

A consulesa dos Estados Unidos da América em Ponta Delgada, Jean Manes, afirmou à agência Lusa que existem “conversações com Portugal” sobre formas de melhorar a colaboração entre os dois países em várias áreas.

Além da área militar, estas conversações incidem sobre sectores

como a Cultura, Turismo, Economia, Educação e Ciência, adiantou Jean Manes.

A representante dos EUA nos Açores salientou ainda que, em termos genéricos, as situações de treino das Forças Armadas norte-americanas utilizam aviões verdadeiros, mas apenas com simuladores de armas, através de computadores.

Segundo disse, os treinos militares que são desenvolvidos em várias partes do mundo pelos militares norte-americanos decorrem “sem armas reais”.

A base portuguesa das Lajes, onde se encontra estacionado um destacamento militar norte-americano, destacou-se, nos últimos 60 anos, pelo seu papel decisivo no apoio às forças americanas que intervieram em vários conflitos bélicos.

Em 1943, no auge da II Guerra Mundial, Portugal cedeu a Base das Lajes aos ingleses, que a utilizaram em missões de ataque aos submarinos alemães que povoavam as águas desta parte do Oceano Atlântico.

Os norte-americanos ficaram, durante esse período, estacionados na ilha de Santa Maria, onde construíram um aeroporto.

A partir de 1945, instalaram-se nas Lajes, tendo sido firmado, anos depois, o primeiro acordo com Portugal, para a sua utilização permanente.

Em 2003, a base foi o palco da cimeira que decidiu a invasão do Iraque, entre o presidente George W. Bush e os então primeiros-ministros Tony Blair (Inglaterra), José Maria Aznar (Espanha) e Durão Barroso (Portugal).

Os Açores e as Lajes têm sido, devido à sua posição estratégica entre a Europa e a América, uma plataforma essencial para o reforço da defesa do continente europeu e ponto de projecção americana para o Mediterrâneo, Norte de África, Médio Oriente e Ásia. – Fonte:Lusa, Arqº PL



INTERVENÇÃO

Debate de urgência potestativo (PEV) sobre o “Programa Nacional de Barragens”

Senhor Presidente,
Senhores Deputados

Uma das debilidades estruturais do nosso País reside no seu déficit energético, designadamente de combustíveis fósseis, que teima, de há já algumas décadas a esta parte, em não se situar abaixo dos 80%.

É, pois, esta a margem mínima, mas, infelizmente, sempre persistente da nossa dependência energética e que, como facilmente se calcula, limita de forma muito significativa o nosso desenvolvimento e o nosso crescimento económico e social, enquanto sociedade organizada.

Mas, a crescer a este problema, constata-se que o nosso comportamento enquanto cidadãos e/ou agentes económicos também não é – uma vez mais, infelizmente – de molde a minorar os efeitos e os impactos decorrentes daquela elevada dependência. Pelo contrário, Portugal regista uma das mais altas taxas da União Europeia em matéria de intensidade energética do seu PIB – ou seja, a unidade de energia requerida para produzir bens e serviços - e o índice da sua ineficiência energética em geral calcula-se que se situe na casa dos 60%. Ou seja, por outras palavras, seria, no mínimo, esta percentagem do nosso consumo energético que poderíamos poupar caso adoptássemos as correctas e parcimoniosas atitudes e comportamentos neste domínio.

O surgimento e a implantação progressiva das denominadas energias renováveis no panorama global veio mostrar, designadamente a países altamente dependentes energeticamente do exterior – como é o caso do nosso -, que se estava a abrir uma janela de oportunidade para a

diminuição e libertação desse autêntico estigma nacional.

O desenvolvimento, ao nível, sobretudo, da energia eólica tem sido verdadeiramente assinalável, encontrando-se o actual Governo a desenvolver e a implementar todos os projectos e ambições que, sobretudo, os dois anteriores Governos lhe haviam legado em moldes definitivos e seguros.

Falta, contudo, percorrer ainda um assinalável caminho nestes domínios das renováveis, muito especialmente em matéria de aproveitamento da energia solar passiva, térmica e fotovoltaica.

Mas, para tanto, também o nosso País se encontra obrigado internacionalmente – designadamente, por efeito dos compromissos assumidos de redução das suas emissões de Gases com Efeito de Estufa em sede do Protocolo de Kyoto -, mas também ao nível da UE, por efeito da aplicação da Directiva nº 2001/77, a produzir, até ao ano de 2010, 39% da sua energia eléctrica a partir de fontes renováveis.

Não obstante, mesmo que tal objectivo não resultasse de um compromisso assumido ao nível do Direito Comunitário, o nosso País sempre teria de vir a empreender um esforço significativo, ao longo destas duas décadas, para inverter ou, no mínimo, tentar travar o desperdício e, consequentemente, reduzir a sua factura energética, inoculando, em simultâneo, no sistema energético nacional razoáveis doses de bom-senso e de sustentabilidade intrínseca.

Não dispondo de combustíveis fósseis – ou, pelo menos, até ao momento presente, não identificados nenhuns deles como potencialmente exploráveis e rentáveis – e compelido, internacional e progressivamente, a reduzir as suas emissões de Gases com Efeito de Estufa, só restava mesmo a Portugal aproveitar o seu vento, a sua costa marítima, as suas mais de 2.500 horas/ano de exposição solar e (porque não?...) as suas bacias hidrográficas.

Sabendo-se – como se sabe hoje em dia – que as denominadas centrais mini-hídricas são, também elas, potencialmente produtoras de alguns impactes ambientais – sobretudo quando implicam o aparecimento de novas albufeiras – e encontrando-se o nosso País pressionado com os timings descritos e as possíveis sanções pecuniárias deles decorrentes por



virtude do não cumprimento dos seus compromissos internacionais, parece razoavelmente não lhe restar outra alternativa do que aplicar um critério de escala aos seus aproveitamentos energéticos com origem hídrica.

Segundo as palavras do Sr. Primeiro-ministro nesta mesma Câmara, no debate mensal de Janeiro do ano transacto, a meta dos 39% de renováveis em 2010 foi, pelo nosso Governo, unilateralmente aumentado para 45% - medida com a qual não poderemos, pois, deixar de concordar – e o aproveitamento dos nossos recursos hídricos passará dos actuais 46% do potencial total nacional – correspondentes a cerca de 4.800 MW de potência instalada – para 67% - ou seja, 7.000 MW – no ano de 2020.

E o Governo propõe-se atingir este objectivo mediante a realização de intervenções de reforço de potência em

barragens já existentes, bem como da construção de novas infra-estruturas.

Se tivermos em conta que estes equipamentos de produção poderão, concomitantemente, vir a rentabilizar o aproveitamento da energia eléctrica resultante da actividade nocturna e suplementar das eólicas, para efeitos de re-bombagem da água a turbinar, restamos, apenas, exigir do Governo uma total transparência, bom-senso e correcção de procedimentos em matéria de avaliação ambiental estratégica e da minimização possível dos impactes ambientais que serão inevitavelmente originados com a implementação do Plano Nacional de Barragens.

Disse.

8 de Janeiro de 2008.

José Eduardo Martins



Intervenção do Deputado Arménio Santos

Senhor Presidente
Senhores Deputados

Começo por recordar que nós, votamos favoravelmente o pedido de autorização para o governo legislar sobre o aumento da idade de reforma dos pilotos, de 60 anos para os 65, essencialmente por **3 razões**:

1ª. A proposta do governo era sustentada em estudos realizados por organizações internacionais do sector da aviação civil.

Por exemplo, a ICAO – Organização Internacional da Aviação Civil, e os organismos técnicos associados à Conferência Europeia da Aviação Civil, consideravam que esse alargamento da idade de reforma não acarretava riscos, desde que reunidas certas condições.

2ª. O governo deveria ser muito rigoroso no cumprimento das recomendações feitas por aquelas autoridades internacionais, designadamente:

a) Qualquer piloto com mais de 60 anos só podia voar em tripulação múltipla, e mesmo em tripulação múltipla era obrigatório que o outro piloto tivesse menos de 60 anos.

b) Essa autorização de voo só seria concedida mediante exames médicos periódicos (6 meses), que garantissem que os pilotos reuniam as condições físicas e psicológicas que atestavam a saúde do piloto e que eram adequadas ao desempenho de uma função tão sensível e de tão alto risco como é a de piloto da aviação comercial.

3ª. Vários países europeus já estavam a adoptar esses limites de idade para os seus pilotos.

Mas nessa altura, referimos também que a esse pedido de autorização legislativa do governo, faltava uma peça fundamental para que a passagem dos 60 para os 65 anos, como idade limite para a actividade dos pilotos, pudesse ocorrer sem injustiças.

Referimo-nos às respostas que no quadro do regime geral da segurança social, iriam ser dadas, ou não, a estes profissionais nesta nova situação, porque não se lhe podia aplicar o regime geral da segurança social de uma forma mecânica e simplista.

Por exemplo, se razões ponderosas obrigassem um piloto a cessar a sua actividade antes dos 65 anos, neste caso, este profissional beneficiava da sua pensão total ou era penalizado por



isso e em que termos?

A questão da forma como o regime geral da segurança social seria aplicado aos pilotos, nesta fase de transição, era, por isso, de enorme importância. Seria inaceitável que fossem duplamente castigados: passavam a trabalhar mais anos e eram penalizados com descontos se, por motivos de doença, não pudessem atingir esse limite de idade a trabalhar.

Ou seja, o Fundo de Pensões, que abrange estes profissionais, devia ser articulado e adaptado com as alterações necessárias, em ordem a que os pilotos não vissem defraudadas as suas expectativas e os seus direitos quando da sua passagem à situação de reforma.

O diálogo com os representantes dos trabalhadores, que na preparação daquele pedido de autorização legislativa foi completamente ignorado pelo governo era, por isso mesmo, ainda mais necessário. Para quê? Para

preparar a aplicação concreta daquelas novas regras, já que seria incompreensível pretender-se aplicar de forma cega um princípio sem ter em conta a realidade a que se destinava.

Este cuidado devia existir em todas as actividades profissionais, mas mais se justificava quando estamos a tratar da profissão de pilotos da aviação comercial.

Por isso, recomendamos na altura, que o governo dialogasse de forma aberta e construtiva com os representantes dos comandantes e pilotos - o Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil e a Associação Portuguesa de Pilotos da Linha Aérea.

Para o PSD esse diálogo era indispensável por duas razões:

1ª. Para acautelar os interesses legítimos dos comandantes e dos pilotos ao nível da Segurança Social.

2ª. Para encontrar uma fórmula realista que permitisse aplicar esse alargamento da idade activa com razoabilidade e com a participação e acompanhamento positivo dos representantes desses mesmos trabalhadores.

Só assim, com essa participação do SPAC e da Associação Portuguesa de Pilotos de Linha Aérea, seria possível criar as condições para uma mudança como a preconizada, sem contestação daqueles profissionais nem perturbação no transporte aéreo comercial nacional.

Apesar das nossas preocupações e contrariando as promessas então feitas, o governo continuou a adoptar uma postura autista e arrogante, recusou ouvir e negociar as propostas daquelas duas organizações, obrigando aqueles profissionais a recorrerem a processos de greve.

Só após esta posição de força dos pilotos, com elevados custos para a TAP, é que o governo socialista recuou e flexibilizou a sua atitude e se dispôs a negociar. O que é lamentável, porque o bom senso recomendava que esse diálogo construtivo ocorresse com naturalidade entre duas partes responsáveis e interessadas em procurarem atingir os objectivos de ambos.

É neste quadro que consideramos que esta Apreciação Parlamentar do PCP, ao DL n.º 322/2007, só tem razão de ser, na medida em que o governo socialista empurrou na altura os pilotos para a greve e não tratou este problema com o respeito que lhe devia merecer o princípio da participação e livre negociação.

A negociação entretanto estabelecida, imposta pelos pilotos ao governo, e o entendimento que entre ambas as partes se vem desenhando, só prova o elevado sentido de responsabilidade daqueles profissionais, em contraste com a insolência política do “quero, posso e mando” do governo.

O PSD revê-se na solução negociada, regista com satisfação a postura construtiva sempre revelada pelos pilotos nesta questão e considera infeliz e inaceitável o afrontamento inicialmente manifestado pelo governo face aos Comandantes e Pilotos da aviação comercial.

Arménio Santos



O direito à Indignação, pelo direito à Dignidade

José Palma Rita ()*

Não é a primeira vez que o tema chama a minha atenção, antes cresce o sentimento de estar cada vez mais sozinho perante o drama de muitos funcionários públicos, injustamente vítimas de uma inventada mobilidade especial que em nada serve a uma reforma do Estado que o PS inconsequentemente apregoa.

Por um lado não compreendo a indiferença que esta situação parece causar a certos partidos políticos, como que envergonhados, desde logo ao PS e aos seus deputados eleitos por Évora. A pergunta a que se exige resposta é: o PRACE, enquanto reforma, melhorou a eficácia e a eficiência da máquina administrativa do Estado?

A resposta só pode ser uma: NÃO. Porquê? Porque o Governo socialista continua fiel à sua boa tradição de enganar tudo e todos, todo o tempo,

ao mesmo tempo.

Por um lado, enganou os contribuintes que suportam com os seus impostos um aparelho administrativo que deveria funcionar melhor, através de uma melhor distribuição e organização de recursos (incluindo os humanos) entre as suas várias unidades orgânicas. Mas, as ruínas de S. Cucufate encerram por falta de pessoal e a gruta do Escoural também, os museus não estão mais horas abertos aos fins-de-semana e a segurança social e serviços de saúde lutam com dificuldades de falta de pessoal no interior do país.

Por outro lado, enganou os funcionários públicos que colocou numa suposta mobilidade especial mas que de mobilidade nada tem. O Governo deveria já ter promovido a formação profissional de reconversão

aos mesmos com vista à sua transferência (mobilidade) para outros serviços deficitários em pessoal, coisa que ainda não aconteceu e não se perspectiva. No entanto, não deixou de aplicar o respectivo desconto de 24% sobre o vencimento de funcionários que mantém em casa.

Qual a lógica de um Governo que mantém em casa funcionários do Estado que pretendem trabalhar e todos os dias pedem e vêm negada a sua pretensão a serem recolocados noutros serviços (por ex. Centros de Saúde, Câmaras Municipais, etc.), ao mesmo tempo que admite novos funcionários sem recorrer à Bolsa de Emprego Público (mais de 40.000 oficialmente registados). Qual o objectivo dos governantes e dirigentes da Administração Pública que afectam desta forma a dignidade profissional e

pessoal de funcionários públicos sem o mínimo de racionalidade de acção?

Sempre fui defensor de uma reforma da Administração Pública que leve a mesma a funcionar melhor e a resolver com melhores resultados e com menos meios as necessidades e solicitações dos utentes contribuintes.

Mas nunca serei defensor do uso arbitrário ou direccionado de medidas gratuitas e inconsequentes que afectem a dignidade pessoal e profissional dos funcionários do Estado, muito menos ainda quando usadas enquanto medidas de coacção psicológica sobre os restantes.

Nem os funcionários públicos nem os restantes portugueses merecem ter este tipo indigno de governantes e dirigentes da Administração Pública.

– (*) *Presidente da CPS de Évora*

Coisas de Braga: «O ‘Pacto de Autarcas’ para a sustentabilidade» e «O mundo ao contrário»

Ricardo Rio ()*

Creio que em Junho do ano passado, após algumas trocas de impressões com os responsáveis de um ambicioso projecto que está a ser desenvolvido em Vila Nova de Gaia, os Vereadores da Coligação “Juntos por Braga” defenderam que a Câmara Municipal de Braga deveria também avançar com um Plano Integrado para a Sustentabilidade Energética do Concelho.

Com esta proposta, pretendia-se que a CMB passasse a acautelar a vertente da economia e aproveitamento da energia em todas as suas intervenções, assim contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental e para a melhor gestão dos seus recursos.

Como sempre acontece, a resposta da CMB não se fez esperar: em vez de atender às múltiplas linhas de

intervenção que se poderiam incluir em tal Plano, aos diversos bons exemplos que já existem por toda a Europa e no nosso País, e aos óbvios benefícios que daí poderiam resultar para o Município e para as populações, os responsáveis camarários optaram por lembrar que em Braga já se faz algumas coisas nesta área.

Nesse campo, invocou-se a substituição de algum tipo de lâmpadas da iluminação pública, o recurso a combustíveis alternativos pelos TUB e os novos tipos de aquecimento utilizados nas Escolas.

Alguns meses volvidos, a própria União Europeia tornou público o “Pacto dos Autarcas”, um conjunto de compromissos que pretende transformar as Autarquias nos agentes dinamizadores da sustentabilidade energética, com objectivos





quantificados em matéria de redução das emissões de Co2.

Até ao momento, apesar de “terem contactado as principais cidades europeias e portuguesas, em particular”, este Pacto apenas conta com a adesão do Porto.

Quanto a Braga, cujo Edil até integra há vários anos, e em lugares de destaque, o Comité das Regiões, a informação oficial prestada na última reunião do Executivo Municipal é de que a CMB nem sequer foi contactada. E, obviamente, também não achou prioritário aderir a um projecto cujas iniciativas até terão financiamentos bonificados pelo Banco Europeu de Investimento.

O maior problema para os actuais responsáveis da CMB é que a intenção da União Europeia é excluir as cidades que não cumprem, anualmente, as metas estabelecidas, pelo que não basta a mera (e típica) declaração de intenções.

De uma forma mais abrangente, percebe-se esta falta de relevo atribuída pela nossa Autarquia a este tipo de matérias, que nem sequer a pseudo-Agenda 21 Local (que avançou a custo mas ainda sem grandes resultados) consegue disfarçar.

Por exemplo, na Energie Cites, uma Associação de Municípios Europeus criada em 1990 para a partilha de experiências e projectos nesta área, pode encontrar-se Águeda, Almada, Barreiro, Cascais, Funchal, Guimarães, Moura, Oeiras, Sintra

Vila Nova de Gaia. Mas Braga...

O Mundo ao contrário

Para quem já assistiu a uma reunião de Câmara, é fácil de perceber que se há ponto da ordem de trabalhos que nunca merece qualquer discussão é o das Delegações de Competências nas Freguesias.

A Câmara acorda previamente com as Juntas de Freguesias as obras a realizar no seu território, inscreve-as no Orçamento e nas Opções do Plano para o ano subsequente (muitas ficam ali “estacionadas”, sem verba e sem qualquer avanço por vários anos), até ao dia em que decide arrancar com o projecto através de uma Delegação de Competências na Junta de Freguesia - prática que se saúda e que só se lamenta não seja extensível à esmagadora maioria das Juntas de Freguesia urbanas.

É então celebrado um Protocolo entre a CMB e a Junta de Freguesia em questão, essa delegação é aceite pela Assembleia de Freguesia, a Junta avança com o procedimento de contratação aplicável, a Câmara acompanha e fiscaliza a execução da obra, transfere as verbas para a Junta e esta paga ao fornecedor.

Certo? Errado!

Segundo se ficou a saber na última reunião, há também muitas situações “frequentemente” em que a ordem dos procedimentos é ligeiramente

invertida, incluindo casos de “Juntas da vossa cor” - como assegurava o Presidente da Autarquia tentando demover os nossos reparos.

Nesses casos, a Junta contrata o empreiteiro, este faz a obra, “atrasa a facturação” (como mais uma vez assegurou o nosso edil) e só mais tarde é feita a celebração do Protocolo de Delegação de Competências com a Câmara.

Ou seja, como aconteceu com a Colocação de um Colector de Águas Pluviais no C.M. 1304, em Tebosa, a Câmara delega competências na Junta de Freguesia para efectuar uma obra... que já está pronta, contando também com a colaboração do empreiteiro (far-se-á pagar pelo atraso na facturação? Será este o segredo dos prazos de pagamento a 8 dias da nossa Autarquia?)!

Como é óbvio, não está em causa o mérito das obras em questão. E o que chega a ser ridículo é que chegamos a sugerir ao Presidente de Câmara que alterasse o procedimento e, em vez de fazer uma falsa delegação de competências, atribuisse um subsídio à Junta de Freguesia do mesmo montante, assim suportando o custo da obra.

Até do ponto de vista contabilístico, o “pior” que poderia acontecer era ter que se verificar uma revisão orçamental (caso não houvesse dotação suficiente nas rubricas

envolvidas) que nem sequer necessitava de ser levada à apreciação dos órgãos municipais.

Mas, poderão perguntar, se o resultado final é o mesmo, porquê embirrar com esta versão da Delegação de Competências a posteriori?

É que, ao que parece, a minha equipa tem este hábito estúpido de querer fazer cumprir as leis e de exigir para todo e qualquer acto da gestão municipal um total rigor e transparência, não alinhando nos contínuos esquemas, facilitismos e atropelos que vão sendo praticados pela maioria socialista no poder.

Haveria algum mal na “delegação de competências” virtual? A IGAI, o Tribunal de Contas e a Inspecção-Geral de Finanças o dirão, ao que me constou, com direito a ouvirem os excertos gravados da Conferência de Imprensa do Presidente. (Virá aí novo esclarecimento?)

PS - A propósito de tudo isto, que dizer do envio para publicação no Diário da República e no Jornal das Comunidades do Anúncio de Lançamento de Concurso para as PPP, a 14 de Janeiro último, três semanas e meia antes das “formalidades” serem aprovadas em reunião do Executivo? “-Foi para ganhar tempo!”, voltou a assegurar o nosso expedito Autarca...

(*) Economista, Vereador PSD, Presidente da CPS/PSD-Braga



Notícias de Aveiro

Exposição Ana Salvador e outras actividades culturais

A Câmara Municipal de Aveiro patrocina a realização da Exposição Individual de Pintura em Acrílico de Ana Salvador, de 8 a 25 de Fevereiro, de Segunda a Sexta-feira, das 9.30 às 18.00 horas, na Casa Municipal da Juventude de Aveiro. Tem entrada livre.

Organizada pela Câmara Municipal de Aveiro, a Exposição “Instantes” constitui o reflexo da vida artística de Ana Salvador. Pintar deixou de ser um hobby para ser uma forma de estar na vida, reflectindo em sentimento o que as palavras não conseguem transmitir.

O maior constrangimento da sua carreira artística, porque assim se pode considerar uma carreira, não fossem as mais de três de dezenas de exemplares, espalhados por colecções privadas, de norte a sul do país, é a falta de formação na área artística que tem inviabilizado o alcance a lugares de destaque em mostras da especialidade.

Situações que “me assustam”, revela a pintora porque as coisas “só são o que são, e a pintura para mim é aquilo que eu quero que ela seja”. Quando por algum motivo não “consigo pintar o que quero, procuro ajuda e formação específica, e seguidamente passo para a tela” afirma Ana Salvador.

Ana Salvador, 30 anos, natural de Sangalhos, concelho de Anadia, é licenciada em Educação Social, pela ESEPF – Porto e está actualmente a trabalhar no Complexo Social de Apoio à Pessoa Idosa, Misericórdia de Sangalhos. Grande parte do seu tempo livre gosta de o passar a pintar. Cedou começou a traçar as primeiras cores.

No início, não era visível o alcance objectivo do seu traço, mas acarinhada pela família e pelos amigos, foi percebendo que a sua capacidade, que pode ser confundida com um “dom”, tinha que ser explorada, e ao longo dos anos foi desenvolvendo técnicas e traços, definindo temáticas de eleição, e hoje consegue transmitir através da tela, várias sensações e enquadramentos, típicos de uma pessoa viajada e muito dedicada à vida.

Ao longo da sua vida, numa primeira abordagem, os estudos e a prática de desporto, abriram as portas a um conjunto de descobertas, que pela sua riqueza e pela sua espectacularidade, encontraram a pintura como um parceiro ideal, para comunicar com a sua envolvente familiar e de amigos, um reflexo ideal para guardar ad-eterno, uma sensação própria da pintora, ao nível dos mais conceituados contemporâneos. - **Carla Silva, Gabinete de Comunicação**

Iniciativa “Histórias Habitadas” em várias escolas do Concelho de Aveiro.

Organizada pela Câmara Municipal de Aveiro, “Histórias Habitadas” pretende que as crianças possam desfrutar de um lugar prazeroso rodeado de palavras e de imagens, ao mesmo tempo que serão dadas a conhecer algumas obras de Literatura Infância-juvenil. De salientar que Teresa Nogueira da Biblioteca Municipal de Aveiro dinamizará os livros “Papá, por favor, apanha-me a Lua” de Eric Carle e “Dos Ratonos en



La Luna” de Lucia Scuderi.

Esta acção, sempre das 10.00 às 11.30 horas, teve o seguinte calendário: 7 e 14 de Fevereiro – Agrupamento de São Bernardo – EB 1 de Solposto; 12 de Fevereiro – Agrupamento de Aveiro Sul – Escola de São Jacinto; 19 de Fevereiro – Agrupamento de Aveiro Sul – Jardim Infância de Aveiro; 21 de Fevereiro – Agrupamento de Cacia – EB 1 de Cacia; 26 de Fevereiro – Agrupamento de Cacia – EB 1 da Póvoa do Paço; 28 de Fevereiro – Agrupamento de Cacia – Jardim Infância da Quintã; 4 de Março – Agrupamento de Cacia – EB 1 Quintã do Loureiro; 6 de Março – Agrupamento de Cacia – Jardim-de-infância de Sarrazola; 11 de Março – Agrupamento de Cacia – EB 1 de Sarrazola; e 13 de Março – Agrupamento de Cacia – Jardim-de-infância de Taboeira.

Centro de Juventude é antiga ambição da APCC

A construção de um Centro de Juventude é uma antiga ambição da APCC que traduz a necessidade de alargar a sua actividade a novos domínios e públicos. Este Centro terá entre as suas missões principais, a da educação artística de crianças e jovens. Para este projecto receberam o importante contributo da Câmara Municipal que cedeu à Associação o terreno onde será construído o Centro.

Para este projecto é fundamental, nos planos simbólico e material, ter, desde a primeira hora, a colaboração dos artistas.

Laçou, por isso, uma campanha de mecenato junto dos mais prestigiados artistas plásticos, apelando ao seu espírito solidário. A resposta que deram está patente nesta exposição, e o exemplo que dão para além do apoio financeiro que representa, constitui também uma lição que será apreendida e conservada na memória das crianças e jovens que serão dele beneficiários.

De salientar que a Associação para a Promoção Cultural da Criança é uma organização não governamental, sem fins lucrativos e de utilidade pública, com objectivos pedagógicos e culturais. Desenvolve actividades socioculturais e educativas: campos de férias, intercâmbios de jovens, formação de animadores, projectos de cooperação com países de expressão portuguesa, edição de livros e jogos educativos.

O propósito desta associação é contribuir para o desenvolvimento das crianças e jovens, promovendo o seu sentido de justiça, de respeito pela diferença e de responsabilidade, e motivando-os para uma participação activa e construtiva na vida social. As suas actividades regem-se pelos princípios da solidariedade, igualdade, cooperação e defesa do ambiente.

– Gab. Imp. CM Aveiro



Posse dos elementos da Comissão Política de Secção

No dia 28 de Janeiro passado, tomaram posse os elementos da Comissão Política de Secção do PSD de Caminha.

Nesta primeira reunião foi discutida e deliberado apresentar à comunicação social um primeiro esboço das grandes linhas programáticas da Secção para os próximos dois anos.

No final da reunião recebeu a visita do Presidente da Comissão Política Distrital, Eduardo Teixeira, que anunciou publicamente, entre outras iniciativas, a realização de uma Convenção Autárquica em Caminha no início de Abril de 2008, procurando envolver, directa ou indirectamente, os cerca de 1000 eleitos pelo PSD nos órgãos autárquicos do Distrito.

Documento aprovado na 1ª reunião da Comissão Política da secção de Caminha:

Programa da Comissão Política de Secção do PSD de Caminha

No passado dia 25 de Janeiro de 2008, o PSD de Caminha elegeu a Comissão Concelhia para os próximos dois anos.

A nova Comissão Concelhia é formada por uma equipa que aposta na continuidade e estabilidade das políticas e estratégias desenvolvidas, estando, no entanto, disposta a desenvolver uma série de acções devidamente planeadas com o objectivo claro de aumentar a participação do PSD concelhio na vida política do município.

Esta comissão pretende aumentar significativamente o número de

militantes, com especial atenção para os jovens e para a população feminina. A JSD será revitalizada e teremos representação do PSD em todas as freguesias do concelho de Caminha.

Também será nossa preocupação a informação. Estamos na sociedade da informação e uma lacuna que queremos preencher é a utilização das novas tecnologias da informação e comunicação, um pelouro privilegiado da Jota.

Por último procuraremos reabilitar a imagem que as pessoas têm hoje em dia do POLÍTICO. Sem esta reabilitação será cada vez mais difícil encontrar candidatos capazes e à altura de gerirem o destino dos seus eleitores.

O PSD, em 2009, tem como meta ganhar as eleições, manter a liderança da Câmara Municipal e aumentar a

expressão do PSD em todas as freguesias do município, lutando por um aumento significativo das presidências de Juntas de Freguesia.

Objectivos:

- 1- Aumentar o número de militantes
- 2- Envolver os simpatizantes do PSD em iniciativas do Partido
- 3- Promover formação ao nível de militantes e simpatizantes do PSD
- 4- Promover a participação de jovens e mulheres na vida política do PSD
- 5- Projectar as iniciativas desenvolvidas pelo PSD
- 6- Ganhar as eleições autárquicas e aumentar significativamente a votação no PSD nos restantes actos eleitorais
- 7- Promover a participação dos cidadãos na vida política – **PSD/Caminha**

Complexo Desportivo da Abóboda avança para segunda fase

O Presidente da Câmara Municipal de Cascais, António d'Orey Capucho esteve presente no lançamento da primeira pedra da segunda fase do Complexo Desportivo da Abóboda. Nesta fase, o projecto contempla a construção de duas piscinas municipais e uma academia. A cerimónia teve lugar no sábado, dia 9 de Fevereiro, às 12h00.

A primeira fase do Complexo Desportivo da Abóboda, na freguesia de S. Domingos de Rana, ficou concluída em 2006, com a inauguração de um novo Campo de Futebol com relva artificial. O dia 9 de Fevereiro de 2008 marca o arranque da segunda fase deste equipamento desportivo projectado pela Câmara Municipal de Cascais e que vem dar resposta às necessidades sentidas pela população desta freguesia do interior do concelho.

O novo complexo terá duas Piscinas com 25 e 17 metros, respectivamente para treinos e competições e para a aprendizagem e recreio, para bebés e crianças, bem como a actividades físicas aquáticas para todas as idades e pessoas com



mobilidade reduzida.

Esta segunda fase da obra inclui ainda a construção de uma Academia destinada à prática de actividades físicas, na área do fitness e condição física, que inclui uma sala de exercício, um estúdio para actividades de grupo, espaço de sauna e massagens, instalações de apoio e uma zona

destinada a crianças.

De referir que este projecto espelha a preocupação municipal a nível de consumos energéticos, nomeadamente na utilização de energias alternativas, como a solar, permitindo poupar recursos e contribuindo para um melhor meio ambiente.

A terceira fase do Complexo

Desportivo da Abóboda será lançada ainda este ano e vai incluir a construção (a nascente do campo de futebol) de instalações de apoio à prática desportiva, designadamente vestiários/balneários, zonas de público e áreas técnicas para o Campo de Futebol.

A zona envolvente ao Complexo



Desportivo da Abóboda vai beneficiar de arranjos exteriores, incluindo uma nova rotunda e áreas de estacionamento. O investimento total está estimado em mais de 4.000.000,00€, totalmente suportado por verbas municipais.

Arranca em Março: Cascais recruta jovens para processo de modernização autárquica

No contexto do “Projecto de Modernização Administrativa e Acesso à Informação”, a Câmara Municipal de Cascais lançou uma acção para ocupação de jovens que terá início em Março. Os candidatos seleccionados irão contribuir para um melhor acesso dos munícipes à informação, ao mesmo tempo que terão oportunidade de preparar a sua integração futura no mercado de trabalho.

Catalisada pela entrada em funcionamento do SIG – Sistema de Informação Geográfica, a necessidade de aceder em suporte digital a um conjunto de informações até aqui apenas disponível em papel justifica o lançamento do Projecto de Digitalização do Arquivo do Departamento de Urbanismo, no âmbito do “Projecto de Modernização Administrativa e Acesso à Informação” em curso no município e que visa uma reformulação total do sistema de arquivos municipais. Este processo exige a constituição de um Grupo de Tratamento Documental específico que

justifica o lançamento da presente acção de Ocupação de Jovens. Serão recrutados oito jovens que, individualmente, podem participar na acção, no máximo até seis meses.

Destinada a jovens residentes no Concelho de Cascais, com idades entre os 18 e 25 anos que apresentem como habilitação mínima o 12.º ano e conhecimentos de informática na óptica do utilizador, esta acção conjuga os esforços dos pelouros da Juventude e Urbanismo, já que os jovens irão ao mesmo tempo dar apoio à concretização do Projecto de Digitalização do Arquivo do Departamento de Urbanismo e estabelecer um primeiro contacto com o mundo do trabalho.

Além deste projecto específico, no âmbito da ocupação de jovens, a Câmara Municipal de Cascais promove este ano, pela segunda vez, o Programa Jovens Activos (PJA), que visa a integração de jovens no mundo do trabalho com ligação a uma bolsa de empresas do concelho e zonas circundantes. Em 2007, o PJA envolveu 14 jovens residentes no concelho em prática activa nas empresas.

Jornada «Queirosiana»

A Fundação Eça de Queiroz e a Câmara Municipal de Cascais promovem no próximo dia 7 de Fevereiro, na Biblioteca Municipal de S. Domingos de Rana, uma Jornada Queirosiana, apresentando duas

conferências pelo autor do Dicionário de Eça de Queiroz, Alfredo Campos Matos.

A propósito das diversas iniciativas que nesta ocasião assinalam o centenário do regicídio, nesta jornada estará em foco a relação entre o Rei D. Carlos I e Eça de Queiroz. O escritor fez parte de um grupo formado por personalidades da vida cultural portuguesa designado por Vencidos da Vida, que viram com esperança a subida de D. Carlos ao trono, após a morte de D. Luís.

As conferências sob o tema “Uma reflexão em torno dos lugares de Lisboa e Sintra referidos n’ Os Maias”, realizam-se no dia 7 de Fevereiro, às 11H00 e as 15H00. A iniciativa contará com a presença de Mariana Eça de Queiroz, sobrinha-neta do escritor.

– Os Primeiros 10 anos”.

Cascais recebe exposição de «Máscaras Portuguesas»

A Biblioteca Municipal Casa da Horta da Quinta de Santa Clara recebe a partir do próximo dia 4 de Fevereiro uma exposição de Máscaras Portuguesas – Colecção particular do actor André Gago.

Nesta mostra, que vai estar patente ao público até ao dia 24 de Fevereiro, estarão em foco máscaras originais representativas das principais festas transmontanas, com explicações sobre a sua origem, classificação, forma e função. O público poderá ainda apreciar um conjunto de fotografias e fatos de “careto”.

A estudar a máscara portuguesa



Alfredo Campos Matos é arquitecto de formação, mas é nos estudos sobre a obra de Eça de Queiroz que mais se destaca. Em 1976 publicou Imagens de Portugal Queirosiano, dando a conhecer os locais onde decorrem as narrativas ficcionais de Eça de Queiroz. Em 1988 editou o Dicionário de Eça de Queiroz cujo sucesso justificou, uma segunda edição, em 1993.

No âmbito deste ciclo de conferências e até ao dia 29 de Fevereiro, estará patente ao público na Biblioteca de S. Domingos de Rana a exposição “Fundação Eça de Queiroz

desde 1986, André Gago, encenador, fundador e director artístico do Teatro Instável, desenvolve uma actividade teatral na qual a improvisação e a máscara ocupam um lugar central. A sua colecção de máscaras já esteve patente em diversos pontos do país e do estrangeiro.

Dirigidos ao público em geral, nos dias 13 e 20 de Fevereiro, a Biblioteca Casa da Horta da Quinta de Santa Clara promove dois “Workshops de Máscaras”, que serão antecedidos de uma visita guiada à exposição.

– Gab Imp. CM Cascais



Notícias de Castelo Branco

CPD condena proposta de novo mapa judiciário

A Comissão Política Distrital do PSD condenou a proposta de novo mapa judiciário do Governo para o distrito de Castelo Branco, a qual prevê a criação de uma única circunscrição/comarca, que englobará doze municípios.

Em vez de uma única divisão designada de Beira Interior Sul, o PSD defende que “a Cova da Beira e o Pinhal Interior Sul também tenham autonomia e sejam consideradas circunscrições autónomas no novo mapa”, disse à Agência Lusa o presidente da Distrital, Carlos São Martinho.

“Além da concentração de serviços, que pode implicar uma demora ainda maior na resolução de processos, a Justiça fica mais longe dos cidadãos”, acrescentou, com base num comunicado hoje distribuído pelo



Partido Social-Democrata (PSD).

“Juntar todos os municípios numa única circunscrição/comarca vai colocar muitas empresas, cidadãos e profissionais da Justiça a demasiadas dezenas de quilómetros das futuras sedes dos tribunais, com os inerentes incómodos e despesas”, refere o documento.

Os social-democratas consideram incompreensível que “nesta proposta de mapa judiciário não se respeitem os limites dos instrumentos de ordenamento de território existentes”, nomeadamente as NUT III da Cova da Beira, Beira Interior Sul e Pinhal.

A contestação da Distrital do PSD junta-se às queixas de advogados da Cova da Beira e da Câmara da Covilhã, cujas bancadas do PS e PSD aprovaram por unanimidade, na última semana, uma moção a enviar ao

Governo em que contestam a proposta de mapa judiciário.

O ministro da Justiça, Alberto Costa, anunciou no dia 21 de Janeiro que o Governo quer que o novo mapa judiciário entre em vigor em Setembro, num “período de experimentação”, em três das futuras circunscrições: Baixo Vouga, Lisboa-Sintra e Alentejo Litoral

O novo mapa judiciário é um dos pontos inseridos no Pacto da Justiça assinado entre o PS e o PSD e prevê a conversão das 230 comarcas actualmente existentes em 35 tribunais regionais.

No novo modelo organizativo avança-se com a criação da figura do “administrador de tribunal”, que assumirá a responsabilidade de gestão, a par do juiz-presidente.

- Lusa

Notícias de Ílhavo

Acordos de Cooperação CMI / Associações de Pais 2007/2008

Decorreu no início deste mês, no edifício da Câmara Municipal, a assinatura dos Acordos de Cooperação referentes ao ano lectivo 2007/2008 entre a Câmara Municipal de Ílhavo e 14 Associações de Pais do Município.

Estes acordos, que totalizam um investimento de 146.075 Euros, surgiram na sequência das reuniões de trabalho realizadas com as Associações de Pais do Jardim de Infância e da EB1 da Chousa Velha; das Escolas da Coutada; do Jardim de Infância, EB 1 e ATL da Légua; do Jardim de Infância e da EB 1 da Gafanha Aquém; da EB 1 da Colónia Agrícola; do Jardim de Infância e da EB 1 de Vale de Ílhavo; da EB 1 da Ermida; da EB 1 da Chave; do Jardim de Infância n.º 1 da Cale da Vila; da EB 1 da Cale da Vila; da EB 1 da Senhora do Pranto e Jardim de Infância de Ílhavo; da EB 1 de Ílhavo; da EB 1 da Marinha Velha e da Associação de Pais e Amigos das Crianças da Gafanha da Encarnação.

A Câmara Municipal de Ílhavo mantém, assim, a sua aposta na Educação, apoiando a concretização

dos Planos de Actividades daquelas Associações para o presente ano lectivo, bem como para o Serviço de Refeição e de prolongamento de horário, vulgarmente denominado ATL de pontas.

Assinados os Acordos de Cooperação, o Presidente da Câmara, Eng. Ribau Esteves, anunciou as alterações contempladas na Carta Educativa no que diz respeito à requalificação dos edifícios escolares da Légua, Vale de Ílhavo e Coutada e a construção do Centro Educativo de Ílhavo, solicitando a todos os presentes uma reflexão sobre como idealizam a Escola dos seus filhos, fazendo chegar os seus contributos, por escrito, à Câmara Municipal.

Entrega das Bolsas e Certificados de Participação do Programa Vocação 2007 (3º Turno)

No mesmo dia, realizou-se na Biblioteca Municipal de Ílhavo, a entrega das Bolsas e dos Certificados de Participação aos Jovens que



integraram o Programa Vocação 2007 (3º Turno).

O 3º Turno do Programa Vocação, que decorreu de Outubro a Dezembro de 2007, integrou 10 jovens do Município de Ílhavo que, em tempo de aulas, tiveram oportunidade de ocupar os seus tempos livres, integrando projectos em áreas vocacionais como a Educação Ambiental e Sensibilização; o Fomento da Actividade Desportiva; o Apoio à

Juventude; a Protecção Civil; a Valorização e Promoção da História e do Património e Animação Cultural, auferindo uma bolsa pecuniária de 200 Euros.

Este projecto, suportado integralmente pela Câmara Municipal de Ílhavo, constitui uma aposta ganha na formação pessoal, estando já a decorrer o 1º Turno de 2008 com a participação de mais jovens estudantes.

- CM Ílhavo

Notícias de Ovar

Extinção não é solução para os SMAS

O executivo municipal aprovou ontem, com a abstenção dos Vereadores do PSD, a nova estrutura e organização dos serviços municipais, incluindo a extinção dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Ovar (SMAS). A proposta prevê que os SMAS sejam integrados na estrutura da Câmara Municipal de Ovar, a partir de 1 de Janeiro de 2009, “com vista à melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos”.

Os vereadores do PSD concordam, em traços gerais, com a reestruturação dos Serviços Municipais, por considerarem que esta é uma oportunidade que não pode ser desperdiçada para se avançar com a modernização efectiva dos serviços autárquicos, de modo a criar um melhor atendimento aos municípios e a proporcionar melhores condições de trabalho a todos os funcionários da autarquia.

Contudo, perante os fundamentos que a Câmara Municipal apresenta para justificar a extinção dos SMAS, os Vereadores do PSD contrapõem que não é necessário extinguir os serviços para atingir alguns dos objectivos invocados, nomeadamente: reduzir o número global de lugares do quadro de pessoal; eliminar a duplicação das infra-estruturas tecnológicas e software de gestão ou rentabilizar equipamentos operacionais, tais como, a frota automóvel; integrar os serviços de atendimento ao município; simplificar e desburocratizar procedimentos; conseguir economias de escala em contratos de prestação de serviços (telecomunicações, seguros, repavimentações, entre outros); rentabilizar o património imobiliário e valorizar do ponto de vista urbano uma zona nobre da cidade.

Os Vereadores do PSD entendem que qualquer uma das medidas anteriormente referidas pode e deve ser posta em prática sem que, para isso, seja necessário extinguir os serviços.

Missão “longe de estar cumprida”

Nesse caso, e pela mesma ordem de razões, faria sentido extinguir também a Fundação do Carnaval de Ovar ou a Empresa Municipal de Formação OVARFORMA. No entanto, para o PSD a extinção não é solução, tanto mais que estas estruturas têm um propósito específico que se reflecte no seu objectivo social. No caso dos SMAS, o objectivo era criar e gerir bem o sistema de abastecimento de água e saneamento do Concelho de Ovar, e está aos olhos de todos que esta missão está longe de estar concluída.



Com efeito, apenas 4 em 8 freguesias do Concelho de Ovar estão cobertas parcialmente pela rede de saneamento, e para completar essa rede são necessários cerca de 25 milhões de euros. Ou seja, ainda há muito investimento por realizar.

Para além disso, as duas últimas edições do Relatório Anual da Qualidade da Água para Consumo Humano, elaborado pelo Instituto Regulador de Águas e Resíduos, indicam que o Concelho de Ovar continua a apresentar um dos piores níveis de qualidade da água a nível nacional. Em nome de um bom serviço público, também neste domínio a missão dos SMAS está longe de concluída e, portanto, justificaria a sua manutenção. Uma manutenção orientada, agora mais do que nunca, para garantir bons níveis de qualidade, quer da água para consumo humano, quer do serviço prestado aos municípios.

Por outro lado, prevendo-se que a extinção dos serviços implicará a redução do número de lugares do quadro (CMO + SMAS) de 869 para 607 pessoas, não se compreende porque é que na nova estrutura dos serviços municipais, a Repartição de Recursos Humanos vai ser promovida a Divisão quando, supostamente, irá gerir menos funcionários.

Assim, se fosse o PSD a governar os destinos da autarquia, em vez de reorganizar ou extinguir serviços, estaríamos muito mais empenhados em modernizar os serviços autárquicos no sentido de dar respostas cada vez mais rápidas e eficazes aos cidadãos e às empresas, reduzindo os denominados “custos públicos de

contexto”.

Os Vereadores do PSD defendem, por fim, que se o objectivo da Câmara Municipal é, efectivamente, melhorar a qualidade dos serviços prestados, então a reorganização interna deveria passar por medidas eficazes e decisivas, tais como a criação de um Gabinete de Atendimento ao Município (para simplificar o acesso dos cidadãos aos vários serviços da autarquia), a simplificação de processos burocráticos (conducentes à Certificação de Qualidade dos Serviços), e o investimento numa infra-estrutura tecnológica de comunicação de informação (com o objectivo de reduzir os custos fixos de comunicações da autarquia), e não pela mera extinção de empresas municipais. – CPS/PSD-Ovar

PSD defende reavaliação do Protocolo com a ARS-Centro

Cumpriram-se recentemente seis meses após a data em que o Presidente da Câmara Municipal de Ovar assinou um protocolo com o Ministério da Saúde para o encerramento da Urgência do Hospital Dr. Francisco Zagalo (aconteceu a 24 de Julho de 2007).

Em São João da Madeira, em contrapartida, o Presidente da Câmara, Castro Almeida, assinou na terça-feira passada um protocolo com o Ministério da Saúde que garante a manutenção da Urgência naquele Hospital.

Em S. João da Madeira, conforme foi publicado na imprensa nacional, a urgência só encerrará “depois de uma avaliação a ser efectuada, dentro de um

ano, entre o Ministério da Saúde e Câmara Municipal (...) no sentido de apurar se a população tem, ou não, alternativa àquele serviço”. Ou seja, o autarca sanjoanense garantiu que os serviços serão mantidos até que se proceda a uma avaliação rigorosa às condições em que funciona a Urgência e às alternativas de que a população poderá dispor.

O PSD de Ovar chama a atenção para este caso pois, mais uma vez, evidencia-se uma diferença cabal na estratégia dos dois municípios. Face à incerteza que pairava sobre ambos os hospitais, a solução em Ovar foi **fechar primeiro** e avaliar depois, enquanto que em S. João da Madeira, **primeiro avalia-se** e só depois (eventualmente) se pensará em fechar.

Importa lembrar que, o protocolo celebrado em Julho do ano passado entre a Câmara Municipal de Ovar e a Administração Regional de Saúde do Centro, revia a possibilidade de renegociação do encerramento do serviço de Urgência em Ovar em função da monitorização e avaliação previstas, findo um prazo de seis meses, agora cumprido.

Por isso, o Presidente da Câmara Municipal deve agora exigir à ARS Centro a reapreciação dos critérios e defender de forma convicta e responsável a reabertura do serviço de Urgência do Hospital Dr. Francisco Zagalo.

O presidente da concelhia do PSD de Ovar, Álvaro Santos, reforça que: “Tendo em conta as dificuldades sentidas pela Urgência do Hospital da Feira para responder ao aumento de afluência, sobretudo por parte de utentes do concelho de Ovar”, e uma vez que “ainda esta semana o Governo deu sinais de recuo nas suas intenções de encerramento de outros serviços de Urgência”, este é “o momento certo para o Presidente da Câmara Municipal de Ovar alertar as entidades competentes para os prejuízos que a medida do anterior ministro provocou à população e sensibilizar o Governo para que reconsidere a sua decisão”.

Para o PSD de Ovar, o direito dos cidadãos à Saúde não é um bem negociável mas, uma vez que assim foi, cabe agora à Câmara Municipal agarrar esta oportunidade para corrigir um ERRO CRASSO, reclamando a reabertura do serviço de Urgência ao Hospital de Ovar.

A diferença mencionados, é muito simples. Em Ovar, primeiro fecha-se e depois avalia-se. Em S. João da Madeira, primeiro avalia-se e depois (eventualmente) fecha-se.

ANTES ou DEPOIS: eis a questão? – CPS/PSD-Ovar

Notícias de Setúbal

Vereadores do PSD querem discutir o “clima de insegurança” na cidade

Os três vereadores do PSD na Câmara de Setúbal pediram reuniões de urgência à Governadora Civil e Comandante da PSP, para discutir o “clima de insegurança” na cidade, disse hoje à Lusa o presidente da concelhia social-democrata.

“Nos últimos dias têm ocorrido diversos assaltos a pessoas e bens, na zona histórica de Setúbal, e a alguns taxistas”, disse Paulo Calado, acrescentando que o PSD tem vindo a alertar para a necessidade de se tomarem medidas para fazer face à insegurança na cidade.

“Queremos compreender as razões pelas quais se verifica uma completa ausência de policiamento de proximidade na cidade e no concelho de Setúbal”, acrescentou Paulo Calado.

A tomada de posição dos vereadores social-democratas e da concelhia do PSD surge na sequência de alguns assaltos na zona histórica de Setúbal e do esfaqueamento de um taxista, que sofreu uma perfuração de um pulmão após uma tentativa de roubo do táxi que conduzia, na zona da Bela Vista.

Além das reuniões solicitadas como Governadora Civil e com o Comandante Distrital da PSP, ainda sem data marcada, o PSD/Setúbal vai também reunir terça-feira, pelas 11:00, com a ANTRAL (Associação Nacional dos Transportes Rodoviários) em Automóveis Ligeiros.

Antes da reunião, os dirigentes da concelhia do PSD vão visitar algumas das zonas mais problemáticas do concelho e onde consideram haver também alguma falta de acompanhamento por parte da actual maioria comunista na Câmara de Setúbal. – **Gab. Imp. PSD/Setúbal**

Eleições no PSD e JSD Palmela

Nas eleições ocorridas no dia 8 de Fevereiro, para os órgãos do PSD/Palmela, para o mandato 2008/2009, Carlos Vitorino e José Bracinha Vieira, foram reeleitos respectivamente como Presidente de Secção e Presidente da Mesa do Plenário.

A lista concorrente obteve 33 votos a favor, tendo havido somente 2 abstenções.

No mesmo dia realizaram-se eleições para a JSD, tendo sido reeleito Pedro Castilho Margarido, como Presidente da Comissão Política e João Forte como Presidente da Mesa do Plenário.

ORGÃOS ELEITOS PARA A SECÇÃO DE PALMELA

Comissão Política de Secção

Presidente	Carlos Miguel Viegas Vitorino
Vice-Presidente	João Toscano Piçarra
Tesoureiro	Nuno Miguel Gonçalves do Carmo Filipe
Vogais	Ana Cristina Cardoso Coelho
	Hélder Nuno Vieira Alves
	Mário da Cruz Neto
	Maria Isabel Fernandes de Almeida Avisado
	José Luis Miguel da Silva
Suplentes	Isabel Maria de Oliveira Matos Correia
	Celeste Maria Filipe da Silva Machete Nunes

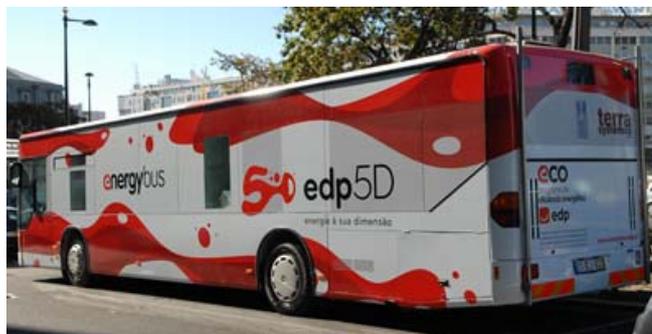
Mesa de Assembleia de Secção

Presidente	José Bracinha Vieira
Vice-Presidente	Pedro Miguel Alves Fidalgo Sérgio
Secretária	Maria Celeste Paulo José de Oliveira

- CPS/PSD-Palmela

Notícias do Sintra

“Energy Bus” visitou o Concelho



O Energy Bus, um autocarro temático que promove a eficiência energética e a utilização racional da electricidade, visitou o concelho de Sintra, de 8 a 12 de Fevereiro. O principal objectivo era informar, sensibilizar e promover o consumo eficiente da energia eléctrica em Portugal.

Na estrada desde Outubro de 2007, este veículo já foi visitado por mais de sete mil portugueses. A bordo têm estado professores e alunos, pais e filhos, avós e netos, sempre acompanhados pela equipa do Energy Bus.

Em Sintra, o Energy Bus foi visitado nos seguintes locais e dias:

- 8 de Fevereiro, em Casal de Cambra, em frente à Escola EB2,3 Prof. Agostinho da Silva (das 9H00 às 18H00)
- 9 e 10 de Fevereiro, no Feira Nova de Mem Martins (das 10H00 às 19H00)
- 11 de Fevereiro, frente à Escola EB2,3 Mestre Domingos Saraiva, em Mem Martins (das 9H00 às 18H00)
- 12 de Fevereiro, no Quartel dos Bombeiros Voluntários de Sintra (das 9H00 às 18H00)

O Energy Bus, que teve Lisboa como ponto de partida, percorre o país inteiro, proporcionando a todos os visitantes uma viagem diferente e interactiva, com equipamentos de demonstração de novas tecnologias, experiências, painéis informativos, folhetos e conselhos úteis.

Esta iniciativa foi desenvolvida pela EDP, em parceria com o Instituto Superior Técnico e a TerraSystemics, no âmbito do Plano de Promoção de Eficiência no Consumo de Energia Eléctrica, aprovada pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, e com a colaboração das autarquias.

Pintura de João Ayres na «Casa Mantero»

A Biblioteca Municipal de Sintra acolhe, de 8 de Fevereiro a 8 de Março, uma exposição de pintura de Mestre João Ayres, falecido há sete anos. A sua última mostra pública foi na Galeria Municipal de Fiteares, no final do ano 2000, quando João Ayres já contava 80 anos de vida.

Durante a inauguração dessa exposição, o artista recebeu a medalha de prata de Mérito Municipal, atribuída pela Câmara Municipal de Sintra, concelho onde residia, desde 1975. Posteriormente, a Autarquia fez-lhe uma sentida Homenagem Póstuma, entregando a Medalha de Mérito Municipal, grau Ouro, à sua viúva, no ano 2003.

As homenagens a este excepcional pintor serão sempre poucas, como tal, e mais uma vez, pelo total reconhecimento por parte da Câmara Municipal de Sintra, o nome João Ayres foi atribuído a um Largo, na Tapada de Vale de Lobos, lugar onde viveu até ao fim da vida.

João Ayres, filho do Pintor Frederico Ayres nasceu em Lisboa, no ano de 1921. Estudou arquitectura na Escola de Belas Artes de Lisboa e Porto. Viveu e trabalhou, durante trinta anos, no concelho de Sintra. Faleceu em 2001 na casa que projectou e construiu, na Tapada de Vale de Lobos, na Rua Bernardim Ribeiro.

Em 1946 muda-se para Lourenço Marques. Pintor neo-realista realiza a sua primeira exposição individual em 1949. Entre muitas outras exposições individuais e colectivas, João Ayres encontra-se representado nos Museus de Arte Moderna de São Paulo e do Rio de Janeiro, nas colecções da Câmara Municipal de Lourenço Marques e na Fundação Calouste Gulbenkian.

– **Gab. Press. CM-Sintra**

Notícias do Algarve

Fronteira do Algarve com Espanha ao abandono

O deputado por Faro e Presidente da CPD do Algarve, José Mendes Bota, em requerimento apresentado na Assembleia da República, chama a atenção do Governo para um factor de grande preocupação dos algarvios e com repercussões a nível nacional, cujo texto reproduzimos:

É muito desprestigante para o nosso País a actual situação de abandono em que se encontra a chamada Praça da Fronteira, no enfiamento da Ponte Sobre o Guadiana, e que marca a entrada em Portugal para quem vem de Espanha. Além de uma autêntica lixeira, ali deixada por passantes e ocupantes de veículos pesados de mercadorias e de passageiros, e que o Instituto das Estradas de Portugal (entidade com jurisdição na área) não limpa, ao que consta, por falta de verbas, também os enormes candeeiros estão absolutamente às escuras, ao que consta, também, por falta de cabimento orçamental da referida entidade.

Ao abrigo das disposições constitucionais, legais e regimentais, requiro a V. Exa. se digne obter do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações resposta à seguinte pergunta:

-Pensa conseguir que o Instituto das Estradas de Portugal cumpra as suas obrigações de manutenção e limpeza do espaço da Praça da Fronteira, na ligação do Algarve com Espanha? E confirma que não o tem feito por falta de verbas? – **JMBota**

José Dias, com o apoio do PSD é candidato à Presidência da C.M. de Portimão

O médico cirurgião José Dias, vai candidatar-se como independente apoiado pelo PSD à presidência da Câmara Municipal de Portimão, anunciou a distrital social-democrata algarvia.

Em declarações à Lusa, o presidente da Comissão Política do PSD/Portimão adiantou que José Dias, de 60 anos e a viver naquela cidade há 25, é o candidato “aprovado por unanimidade em Assembleia de Concelhia e ratificado pela Distrital também por unanimidade”.

Segundo Hernâni Correia, o candidato José Dias foi escolhido por ser considerado “uma pessoa idónea” que “actua por convite e em nome de um projecto e porque acredita na vitória da Câmara de Portimão”.

Ligado ao principal clube do município, o Portimonense, durante



mais de 15 anos, José Dias nunca foi filiado num partido, tem uma longa experiência como médico, contando mais de seis mil operações.

José Dias é conselheiro municipal, indicado pelo actual presidente da Câmara de Portimão, Manuel da Luz (PS), e foi mandatário em Portimão de Mário Soares nas últimas eleições presidenciais, “em nome de uma amizade pessoal” e “respeito político”.

Questionado pela Lusa sobre se não causaria constrangimento ao PSD ter um candidato conotado com o Partido Socialista, Hernâni Correia foi directo: “só causará constrangimento ao PS”.

A Comissão Política Distrital do PSD/Algarve classifica o médico cirurgião como um homem de “elevada sensibilidade”, destacando que José Dias é “conhecido como o médico dos pobres”.

Em comunicado de imprensa, a Comissão Distrital do PSD/Algarve refere que José Dias integra o Conselho Municipal de Portimão a convite do actual presidente socialista do município, “o que representa uma credibilidade reconhecida mesmo no campo político oposto ao PSD”.

José Dias colaborou sempre com governos do PSD, enquanto director de serviço no Hospital Distrital de Portimão e no Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio e, segundo o líder do PSD/Algarve, Mendes Bota, é um “homem de confiança”.

O mote para a candidatura de José Dias é “Homem de confiança, oportunidade de mudança! Confiança, pelo carácter íntegro do candidato”.

Com o anúncio do candidato José Dias à Câmara de Portimão, foi dado o “pontapé de saída” da campanha

autárquica que o Partido já está a preparar, tendo como objectivo a superação em 2009 “do já excelente resultado obtido em 2005”, referiu Mendes Bota. – **CPD/PSD-Algarve**

O PSD de Olhão protesta contra “marginalização” pelo Governo

Coerente com a sua política cega e desumana que vem caracterizando o Governo Socialista, assistimos, inesperadamente, já em 2008, ao encerramento de mais um serviço de saúde local numa área metrópole em constante expansão populacional.

Desta feita, foi no Centro de Saúde da cidade de Olhão, que acaba por ver também encerrado o Serviço de Internamento, que desde os seus primórdios no antigo Hospital sempre serviu os utentes residentes no concelho.

A Comissão Política de Secção do PSD – Olhão denuncia, veementemente, a cegueira das medidas prepotentes e economicistas do Governo Socialista de Sócrates, com todas as consequências desastrosas que daí advêm para os utentes e familiares do município.

Os Sociais Democratas lamentam, ainda, o facto da autarquia local, também socialista, não se ter manifestado ou oposto de alguma forma às intenções do poder central, que prejudicam grandemente os interesses da população olhanense.

Os utentes em situação de internamento residentes no concelho sentem-se, de facto, marginalizados pelo Governo, através do Ministério da Saúde, pois, desde o início do ano, são

transferidos para o Hospital de Loulé, trazendo esta nova realidade dificuldades acrescidas para os familiares e amigos, que os pretendam visitar regularmente.

O encerramento daquele serviço de saúde determina, pois, que, de hoje em diante, os doentes olhanenses nestas circunstâncias, debatendo-se, em muitos casos, entre a vida e a morte, sintam o quebrar dos laços familiares e afectivos com a sua terra, onde nasceram e sempre viveram, retirando-lhes, indecentemente, o direito de terminar os seus derradeiros momentos com alguma dignidade. – **CPS/PSD-Olhão**

Passeio Marítimo da Angrinha, em Ferragudo

O município de Lagoa, muito por mérito da sua autarquia, que tem sabido ordenar, requalificar, infra-estruturar e persuadir o poder central a investir, tem um enorme potencial de desenvolvimento económico de elevada qualidade, a que a futura Marina de Ferragudo irá conferir valor acrescido.

Não faz, por isso, sentido, que subsistam interstícios litorais carecidos de requalificação. É este o caso do chamado Passeio Marítimo da Angrinha, na freguesia de Ferragudo, cuja obra já viu dois concursos de adjudicação abertos e posteriormente anulados, o último dos quais há mais de ano e meio, e sem que o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM) revele vontade de abrir novo concurso e resolver de vez a questão.

Seguramente por força da segura orçamental a que o Algarve tem sido votado pelo governo desde há três anos, não existe verba disponível.

Apesar disso, o município de Lagoa mantém a disponibilidade anteriormente reiterada de contribuir para uma parceria com o governo no investimento necessário, e de que é exemplo o facto de manter em aberto uma verba para o efeito no orçamento municipal.

Assim, requiro a V. Exa., ao abrigo do arsenal de disposições constitucionais, legais e regimentais, se digne obter do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações resposta à seguinte pergunta:

-Para quando está previsto o lançamento do concurso da obra do Passeio Marítimo da Angrinha, na freguesia de Ferragudo, município de Lagoa? – **Assembleia da República, Fevereiro de 2007, José Mendes Bota**

Gravidade da situação no sector agrícola e gravidade da situação no sector agrícola. Negociações PSD-Porto e PP-Galiza

O presidente da distrital do Porto do PSD, Marco António Costa, alertou hoje para a gravidade da situação no sector agrícola, considerando que os agricultores estão na iminência de terem que recorrer ao Rendimento Social de Inserção.

“A agricultura é um sector que está condenado a uma morte lenta”, alertou o líder do PSD/Porto, no final de uma reunião com agricultores e dirigentes de associações do sector, que decorreu em Vila do Conde.

Segundo Marco António Costa, os objectivos do governo do sector agrícola vão levar “os agricultores e trabalhadores das micro, pequenas e médias empresas agrícolas a recorrerem ao Rendimento Social de Inserção”.

Na perspectiva do presidente do PSD/Porto, um dos principais problemas está relacionado com o atraso no pagamento das indemnizações compensatórias.

“Elas afectam 150 mil famílias e o governo, em vez de pagar, usa boa parte do dinheiro para a sua própria gestão interna”, denunciou.

Marco António Costa acusou ainda o governo de “não incluir 25 por cento do montante das indemnizações no Orçamento de Estado, fazendo baixar artificialmente os seus valores”, defendendo que “o controlo do défice público não pode ser feito à custa dos agricultores”.

Por outro lado, o presidente do PSD/Porto salientou que o governo já disponibilizou as verbas referentes às medidas agro-ambientais que afectam os produtores de vinho, mas, “por clara inoperância, continua sem o entregar aos produtores”.

O líder da distrital social-democrata criticou ainda o que considerou ser uma “discriminação negativa” que o governo está a fazer em relação aos produtores de leite da região norte do país.

“Os produtores dos Açores e da Madeira e até os da Galiza têm muito mais apoios do que os da região norte”, afirmou.

Para inverter o actual quadro, o PSD vai apresentar no parlamento um pedido para que o primeiro-ministro, José Sócrates, adopte as medidas necessárias à resolução dos principais problemas que afectam os agricultores.

Por outro lado, caso o ministro da



Agricultura não pague até 20 de Fevereiro as verbas em atraso aos agricultores, o Grupo Parlamentar do PSD realizará uma visita ao distrito do Porto para “denunciar os males que as medidas do governo estão a causar à agricultura”.

Nas declarações que prestou no final do encontro, Marco António Costa não se limitou, no entanto, às questões agrícolas, reafirmando que o governo é “o grande inimigo do distrito do Porto”.

Para Marco António Costa, o “centralismo político” do actual executivo tem conduzido a um “desemprego crescente”, recordando que o distrito do Porto tem metade do poder de compra da região de Lisboa.

Elaboração de “programa” para fortalecimento da euro-região «Norte de Portugal/Galiza»



O PSD do Porto e o PP da Galiza decidiram hoje elaborar “um programa de governo” para fortalecer a euro-região constituída pelo Norte de Portugal e aquela região autónoma de Espanha e dar novo impulso à cooperação transfronteiriça.

A decisão foi tomada numa reunião de trabalho, em Vigo, entre o presidente do PSD do Porto, Marco António Costa, e o líder do PP da Galiza, Alberto Núñez Feijóo, que acordaram constituir um grupo de trabalho expressamente para a elaboração daquele documento estratégico.

“Esta euro-região tem vindo progressivamente a perder força, e é essa tendência de queremos inverter, propiciando uma cooperação de segunda geração entre o Norte de Portugal e a Galiza”, disse, à Lusa, Marco António Costa.

Como exemplo desta perda de força apontou a redução em 50 por cento das verbas comunitárias atribuídas para o programa transfronteiriço, passando de 195 milhões de euros no período 2000-2006 para 97 milhões no período 2007-2013.

Aludiu ainda à instalação em Badajoz do Secretariado Técnico para a gestão de projectos de cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal, “o que evidencia que a euro-região Norte de Portugal - Galiza deixou de ser referência para a cooperação entre os dois países”.

Marco António Costa referiu-se ainda à ligação Porto-Vigo em comboio de alta velocidade, cujo prazo de conclusão aponta agora para 2013, quando na Cimeira Ibérica de 2003, na Figueira da Foz, tinha ficado decidido

que estaria pronta em 2009.

“São sinais claros do retrocesso e da perda de força da euro-região nos últimos anos, uma situação preocupante que urge inverter”, sublinhou Marco António Costa.

Defendeu que ainda que, para o fortalecimento das relações e a afirmação da euro-região, “é inadiável e de total urgência a realização da regionalização política e administrativa de Portugal, já aquando das eleições autárquicas de 2009, para que a Região Norte disponha de “um Governo legitimidade e com poder de tomar decisões”.

Preocupado com a deterioração da cooperação entre o Norte de Portugal e a Galiza manifestou-se igualmente Alberto Feijóo, que disse à Lusa que “as coisas mudaram” completamente nos dois últimos dois anos e meio, quando a liderança da Junta da Galiza passou do PP para a coligação formada pelo PS e pelo Bloco Nacionalista Galego.

“Em dois anos e meio, uma cooperação que era sólida, pujante e exemplar tornou-se amorfa, quase inexistente. E os resultados estão à vista”, afirmou o líder do PP da Galiza.

O grupo de trabalho que elaborará o “programa de governo” da euro-região será presidido por Alberto Feijóo, e integrará Agostinho Branquinho, Virgílio Macedo e Joana Emina, do lado português, enquanto que, do lado da Galiza, será ainda formado por Alfonso Rueda de Valenzuela e Jesús Ramallo Aller.

O programa abrangerá políticas de transportes, de emprego, de inovação, de segurança, de turismo e fiscal, dando também contributos para fortalecer relações nas áreas social, de saúde, de educação, cultura e de coesão territorial.

PSD do Porto e PP da Galiza lembram que a euro-região Norte de Portugal - Galiza, com cerca de 6,5 milhões de habitantes e trocas comerciais no valor de 2.000 milhões de euros por ano, se configura como a terceira maior e mais povoada área metropolitana da Europa, a seguir a Londres e Paris.

– Fontes: Lusa, CPD/PSD-Porto, DN, Fotos arquivo PL

Notícias dos Açores

Costa Neves defende reforço do número de enfermeiros

O líder do PSD/Açores defendeu o reforço do número de enfermeiros nas unidades de saúde da Região para colmatar as necessidades destas, alegando que no arquipélago existem profissionais no desemprego.

“Não passa pela cabeça de ninguém que, numa região que continua a precisar de enfermeiros nos serviços de saúde, muitos estejam desempregados”, afirmou Costa Neves, em declarações aos jornalistas, no final de uma reunião com os responsáveis da secção regional da Ordem dos Enfermeiros.

Para o líder social-democrata, numa região que “parece dar lucro, não faz sentido que no sector da saúde tudo falte ao mesmo tempo, nomeadamente os meios financeiros para que haja mais recursos humanos”.

O presidente do PSD/Açores referiu que a Região possui jovens enfermeiros sem colocação, motivo pelo qual “não se consegue perceber esta falta de encontro entre a disponibilidade e a necessidade” que se verifica no Serviço Regional de Saúde.

A este propósito, Costa Neves denunciou que há jovens enfermeiros “em casa já há oito meses”, dado que, desde Julho, os alunos que acabaram o curso de enfermagem continuam à espera de ser colocados.

O líder social-democrata considerou, por isso, que é necessária uma “reforma” na organização dos serviços de saúde nos Açores.

Além da contratação de mais enfermeiros, Costa Neves defendeu o alargamento dos horários dos centros de saúde.

“Não faz sentido que os centros de saúde funcionem entre as 8.30 e as 16.30, que é o período de trabalho da maioria da população”, salientou.

Cabo da Praia “abandonado” à sua sorte

À semelhança da sua actuação em várias freguesias do concelho, a comissão política do PSD da Praia da



Vitória reuniu ontem com militantes e simpatizantes do Cabo da Praia. A estrutura liderada por Paulo Ribeiro considerou estar-se perante uma freguesia “abandonada”, onde é visível que o seu presidente de Junta tem “pouco tempo” para ela.

Segundo os sociais-democratas, o Cabo da Praia precisa “urgentemente” de ar puro e de limpeza, de forma a ter “melhores condições para atrair população”. Ao contrário verifica-se que a localidade “definha a olhos vistos, sem gente e sem investimentos”. E, passados seis anos da sua eleição, é voz comum que “a Junta nada fez”, e que passados dois anos da sua eleição, a actual câmara municipal “também nada faz”.

“Os investimentos previstos para a freguesia tardam em ser executados”, adianta o PSD, revelando que algumas promessas das hostes socialistas “já caíram por terra”, casos “do Parque de Campismo previsto para a Riviera”, projecto que iria dinamizar a zona, “pelo menos nos meses de Verão”. Mas o que se existe, acrescentam, é uma “passividade” da Junta de Freguesia, que não tomou “qualquer atitude reivindicativa ou exigiu sequer algum tipo de compensação”.

Na nota divulgada à comunicação social o PSD/Praia da Vitória reafirma que o Cabo da Praia está “abandonado à sua sorte”. Tudo porque o Presidente da Junta “negligencia” a freguesia e a câmara municipal “praticamente a ignora”, conclui.

PSD defende nova campanha de desratização

O PSD/Açores defendeu hoje a realização de uma “consistente” campanha de desratização nas ilhas em que a leptospirose tem maior incidência.

Em requerimento enviado à Assembleia Legislativa dos Açores, o deputado social-democrata António Ventura referiu que, recentemente, “várias pessoas manifestaram a sua inquietude para uma desmedida proliferação de ratos, quer nas zonas rurais, como urbanas”.

“Neste sentido, seria de ponderar, com as necessárias precauções da composição do veneno a ser utilizado, quer para o meio natural, quer para os outros seres vivos, realizar-se, novamente, uma consistente campanha de desratização nas ilhas mais afectadas”, afirmou.

O parlamentar do PSD/Açores acrescentou que, “apesar da implementação de um conjunto de



medidas de sensibilização para a prevenção contra esta zoonose, continuam a surgir novos casos de leptospirose na Região”.

O deputado social-democrata sublinhou, igualmente, que se “aproxima a época das sementeiras do milho, situação que tem acarretado elevados prejuízos na produção desta cultura”.

António Ventura recordou que “nos anos oitenta foi efectuada uma eficaz desratização na Terceira que teve êxito, pois conseguiu-se diminuir significativamente a população de ratos na ilha”.

A leptospirose, vulgarmente apelidada de “doença dos ratos”, é uma doença profissional da agricultura que “continua a constituir motivo de grande preocupação” nos Açores, atendendo ao número de casos notificados, alguns mortais, que surgem anualmente.

A doença possui na Região uma incidência dez vezes superior à registada no continente e apresenta maior incidência nas ilhas de São Miguel e Terceira.

Fim do sistema de quotas deve prever “medidas de protecção e compensação”

O parlamento açoriano aprovou hoje por unanimidade o projecto de resolução do PSD/Açores que defende que o fim do sistema de quotas leiteiras após 2015 deve contemplar a existência de “medidas de protecção e compensação” para as regiões ultraperiféricas, cujas economias são “fortemente dependentes” da produção de leite.

“A supressão do sistema de quotas

leiteiras a partir de 2015 deve prever a existência de medidas de protecção e compensação para as regiões ultraperiféricas fortemente dependentes da economia do leite, como os Açores, evitando-se repercussões negativas sobre o rendimento dos produtores de leite da Região, das indústrias transformadoras, e, em geral, sobre a sua economia dos Açores”, afirmou o deputado social-democrata António Ventura, na Assembleia Legislativa dos Açores.

No diploma do PSD/Açores, agora aprovado, defende-se que as medidas a adoptar no progressivo desmantelamento das quotas leiteiras “deverão permitir a continuidade desta produção, acrescentando sustentabilidade e competitividade nas regiões ultraperiféricas”.

António Ventura acrescentou que as alterações às decisões do Conselho do Luxemburgo, em 2003, relativas à Política Agrícola Comum (PAC), “deverão ter sempre em conta as desvantagens socioeconómicas e os condicionalismos perpétuos e específicos das regiões ultraperiféricas como os Açores”.

Apesar da avaliação intermédia da PAC, apresentada em Novembro pela Comissão Europeia, prever a existência de medidas que atenuem o impacto negativo do desaparecimento das quotas leiteiras em regiões específicas, o deputado social-democrata salientou que é necessário “sensibilizar os decisores da República e da Comunidade Europeia para a concretização de medidas verdadeiramente compensadoras”. – **Gab. Imp. PSD-Açores**



ALIJÓ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alijó, para reunir no dia 29 de Fevereiro de 2008 (sexta-feira), a partir das 21h00, na Sede Concelhia do PSD, sita na Rua da Costinha, n.º 2 E, em Alijó, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise e votação do Relatório de Contas da Comissão Política de Secção de Alijó, referentes ao ano de 2007;

2. Informações;
3. Análise da situação política;
4. Outros assuntos.

ANSIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do n.º 2 do artigo 16.º do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Ansião, para reunir no próximo dia 14 de Março de 2008 (sexta-feira), na sede concelhia, sita na Av. Dr. Vitor Faveiro, em Ansião, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa de Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas:

As urnas estarão abertas das 18h00 às 22h00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na morada acima indicada.

ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo do artigo 37.º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Aveiro do PSD, para uma reunião ordinária a realizar 01 de Março de 2008 (Sábado), pelas 15h00, no Auditório Municipal de Castelo de Paiva, sito na Quinta do Pinheiro, em Castelo de Paiva, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações e Actividades;

2. Relatório e Contas da Comissão Política Distrital de Aveiro, referentes ao exercício do ano de 2007;

3. Análise da situação política e partidária.

ASSEMBLEIA DISTRITAL DE SETÚBAL

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal, para reunir no próximo dia 29 de Fevereiro

de 2008, sexta-feira, pelas 21h00, na Biblioteca Municipal da Moita, sito na Rua Dr. Alexandre Sequeira, na Moita, com a seguinte

Ordem de Trabalho

1. Informações;
2. Regulamento Interno;
3. Orçamento 2008 e aprovação de contas 2007;
4. Análise da situação Político-partidária.

ASSEMBLEIA DISTRITAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD Porto, para reunir em sessão plenária, no próximo dia 15 de Fevereiro de 2008, sexta-feira, pelas 21h30, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de S. Martinho do Bougado, sita na Avenida de Paradelas – Trofa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Discussão e Aprovação de contas do período de 01.01.2007 a 30.11.2007;
3. Discussão e aprovação de contas do período de 01.12.2007 a 31.12.2007;
4. Discussão e aprovação das contas do ano de 2007;
5. Discussão e aprovação do Plano e Orçamento para 2008;
6. Proposta de Regimento das Mulheres Social Democratas do Distrito do Porto;
7. Legislação Eleitoral Autárquica – apresentação pelo Coordenador do Gabinete Autárquico;
8. Análise da situação Política;

Notas:

- Os documentos respeitantes a cada um destes pontos, estão disponíveis no site do Partido e seguiram via e-mail para as moradas de e-mails disponíveis dos Delegados Distritais;

- Todos os documentos de suporte das contas (facturas, cópias de cheques, recibos, etc) estão disponíveis para consulta na Sede Distrital, bastando para o efeito falar com o Sr. Pedro Ferreira, o qual disponibilizará a consulta, entre as 09h00 / 12h30 e as 13h30/18h00, de segunda e sexta-feira.

Ordem de Trabalhos

1 - Informações

2 - Análise da situação política local e nacional

3 - Apreciação do plano de acção da Comissão Política Concelhia para o mandato 2008/09

ARCOS DE VALDEVEZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Arcos de Valdevez para reunir no dia 22 de Fevereiro de 2008, às 21h00, na sede do Partido, no Centro Comercial Norte Vez (Cave), com a seguinte,

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política local e nacional
- 3 - Apreciação do plano de acção da Comissão Política Concelhia para o mandato 2008/09

AZAMBUJA

Devido a um erro na convocatória

anterior, e ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção Concelhia de Azambuja, para reunir no roxinho dia 28 de Fevereiro de 2008 (quinta-feira), pelas 21h00, na Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Relatório de Actividades e Contas de 2007;
2. Análise da situação política;
3. Informações

CARTAXO

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Cartaxo, para reunir em sessão extraordinária no próximo dia 24 de Março de 2008 (segunda-feira), pelas 21h00, na sede concelhia do PSD do Cartaxo, situada na Rua Serpa Pinto, lote 3 – 1.º Dto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto um: Discussão e aprovação das contas de 2007;

Ponto dois: Outros assuntos de interesse para a Secção.

Nota: Nos termos do n.º 2 do artigo 66.º dos Estatutos Nacionais do PSD, a assembleia reúne meia hora após a hora afixada, com qualquer número de militantes.

MELGAÇO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se os militantes, para reunir em sessão ordinária da Assembleia de Secção de Melgaço, no dia 15 de Março de 2008, no dia 15 de Março de 2008, a partir das 21h00, na RUA Dr. Afonso Costa, n.º 1 andar, n.º 107, Vila de Melgaço, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: A votação decorrerá entre as 21h00 e as 23h00.

A entrega das listas deverá ser efectuada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. Para o efeito o local acima referido, encontra-se aberto no terceiro dia anterior ao acto eleitoral das 22h00 às 24h00. As candidaturas deverão obedecer ao disposto no artigo 4.º do Regulamento Eleitoral do PSD.

MOSCAVIDE

Nos termos do artigo 51.º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Moscavide, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 20 de Fevereiro de 2008, quarta-feira, pelas 21h00, na sede, sita na Rua Maria Patação, n.º 4 r/c Dto, em Moscavide, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Aprovação do Relatório e Contas referentes ao ano civil de 2007;

3. Análise da situação política local e nacional.

MOITA

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Moita, para uma reunião, em sessão ordinária, a realizar no próximo dia 19 de Fevereiro de 2008, pelas 21h00, na Sede Concelhia do PSD, sita no Centro Comercial da Zona F, Loja 3, Vale da Amoreira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Ponto 1: Informações;
- Ponto 2: Contas 2007;
- Ponto 3: Orçamento 2008;
- Ponto 4: Análise da situação política.

MONTIJO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes, para reunirem em sessão ordinária da Assembleia de Secção do Montijo, no dia 26 de Fevereiro, terça-feira, pelas 21 horas, na sede do PSD, sita na Praça da República, Montijo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto um: Apreciação e votação das contas referentes ao ano de 2007

Ponto dois: Parecer da Assembleia de Secção sobre o 1.º candidato do Partido na Lista para a Câmara Municipal nas eleições autárquicas a realizar em 2009

Ponto três: Diversos

OLHÃO

Ao abrigo do artigo 50.º, n.º 2, alínea d), dos Estatutos Nacional do PSD, convoca-se e a Assembleia de Secção de Olhão, para uma reunião no próximo dia 1 de Março de 2008 (sábado), pelas 16h00, na sede, sita na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 23 r/c Dto, em Olhão, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apreciação e votação das contas referentes ao ano de 2007;
2. Aprovação do orçamento para o ano de 2008.

RIBEIRA DE PENHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Ribeira de Penha, para reunir no dia 23 de Fevereiro de 2008, pelas 16h00, no Auditório da Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Penha, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política;
2. Apreciação e aprovação das contas de exercício de 2007

SÃO BRÁS DE ALPORTEL

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de São Brás de Alportel, para reunir no próximo dia 7 de Março de 2008, pelas 20h30, a

sede concelhia de São Brás de Alportel, sita na Rua Poeta Bernardo Passos, 29/31, em São Brás de Alportel com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto um: Análise da situação política local;

Ponto dois: Análise e votação das contas do exercício de 2007;

Ponto três: Outros assuntos de interesse para o Partido.

Nota: Nos termos do n.º 2 do artigo 66.º dos Estatutos Nacionais do PSD, a assembleia reúne meia hora após a hora afixada, com qualquer número de militantes.

SÃO BRÁS DE ALPORTEL

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de São Brás de Alportel, para reunir no próximo dia 14 de Março de 2008, na sede concelhia de São Brás de Alportel, sita na Rua Poeta Bernardo Passos, 29/31, em São Brás de Alportel com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: A votação decorrerá entre as 21h00 e as 23h00.

As listas concorrentes deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede Concelhia do PSD.

SANTA COMBA DÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção, para reunir no próximo dia 22 de Fevereiro de 2008, pelas 21h00, na sede concelhia do partido, sita na Rua Gago Coutinho, n. 12 em Santa Comba Dão, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;

2. Análise da situação política.

3. Preparação do processo autárquico 2009

4. Outros assuntos

SESIMBRA

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção de Sesimbra, para reunir no próximo dia 23 de Fevereiro de 2008, sábado, pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Rua da república, n.º 20 - 1.º Esq, em Sesimbra, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto 1: Informações;

Ponto 2: Apresentação, discussão e aprovação do Relatório e Contas da Secção, relativas ao exercício de 2007;

Ponto 3: Análise da situação Político-partidária nacional e concelhia.

SEVER DO VOUGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o plenário de

militantes da Secção de Sever do Vouga, para reunir no próximo dia 21 de Fevereiro de 2008, quinta-feira, pelas 20h30, na sede concelhia, sita na Rua do Casal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1, Análise da situação político-partidária;

2. Apreciação, discussão e votação das contas da Secção de Sever do Vouga, relativas ao ano de 2007 e Plano de Actividades para 2008;

3. Outros assuntos de interesse para o partido.

VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vagos, para reunir, em sessão ordinária, no dia 7 de Março de 2008, pelas 21h00, na sede social sita na Rua Cândido dos Reis, n.º 440 r/c Dto em Vagos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise, discussão e aprovação do relatório de actividades e contas relativos ao ano findo em 31 de Dezembro de 2007;

2. Análise da situação política actual;

3. Outros assuntos de interesse.

Nota: Nos termos do n.º 2 do artigo 66.º dos Estatutos Nacionais do PSD, a assembleia reúne meia hora após a hora afixada, com qualquer número de militantes.

VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Franca de Xira, para uma Assembleia Eleitoral a realizar no dia 28 de Março de 2008, às 18h00, na Sede do PSD de Vila Franca de Xira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa da Assembleia de Secção

Notas: A votação decorrerá entre as 18h00 e as 23h00.

As listas candidatas devem ser apresentadas na Sede da Comissão Política de Vila Franca de Xira, nos prazos e condições estabelecidas no Regulamento Eleitoral do PSD, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo das disposições estatutárias e regulamentares, convoca-se os militantes de Secção de Vila Nova de Gaia do PSD, a reunirem em Assembleia Plenária Ordinária, na segunda-feira, dia 3 de Março de 2008, pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323 - Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Análise e discussão da situação política.



PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Paredes, para uma assembleia de militantes a realizar no dia 16 de Fevereiro de 2008, pelas 16h30, com concentração no Ringue de Alvre, Aguiar de Sousa e Tertúlia no café Santa Isabel, em Brandiã, Sarnada, Concelho de Paredes, com a seguinte ordem de trabalhos:

Período antes da Ordem de Trabalhos - Visita à Freguesia - Concentração: Ringue de Alvre;

1 - Tertúlia: Juventude da Nossa Terra * Aguiar de Sousa - Café "Santa Isabel", Brandiã, Sarnada, Aguiar de Sousa;

Análise da Situação Política - Café "Santa Isabel", Brandiã, Sarnada, Aguiar de Sousa;

O Presidente da Mesa da Assembleia de Secção (Mário Camilo Mota)

SECÇÃO B

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção B para reunir no dia 27 de Fevereiro de 2008, pelas 21h30, na Sede da Secção - Largo do Campo Pequeno, n.º 16 - 3.º, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Apresentação e votação do Plano de Actividades;

2 - Análise da Situação Política.

O Presidente da Mesa

(Luís Nazareht)

SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Ordinário de militantes da JSD da Secção de Santa Maria da Feira, a reunir no dia 19 de Fevereiro de 2008, pelas 21 horas, na Sede da Secção, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, na Freguesia da Feira, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Análise da Situação Política;

2 - Outros assuntos considerados de interesse relevante

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção

(Amadeu Albergaria)

ALCOBAÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da JSD de Alcobaca, para o dia 15 de Março de 2008, pelas 16 horas, na Sede Concelhia, sita na Av. Eng. Vieira Natividade, em Alcobaca, com a

seguinte ordem de trabalhos:

1 - Eleição dos delegados ao Conselho Distrital de Leiria.

Notas:

1 - As listas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Av. Eng. Vieira Natividade, em Alcobaca até às 24 horas do terceiro dia anterior à eleição.

2 - As urnas estarão abertas por um período de 2 horas.

3 - As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições.

O Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD (Bruno Letra)

ANSIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da JSD de Ansião, para o dia 15 de Março de 2008, pelas 16 horas, na Sede Concelhia, sita na Av. Dr. Vítor Faveiro, em Ansião, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Eleição dos delegados ao Conselho Distrital de Leiria.

Notas:

1 - As listas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Av. Dr. Vítor Faveiro, em Alcobaca até às 24 horas do terceiro dia anterior à eleição.

2 - As urnas estarão abertas por um período de 2 horas.

3 - As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições.

O Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD (Bruno Letra)

BATALHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da JSD de Batalha, para o dia 15 de Março de 2008, pelas 16 horas, na Sede Concelhia, sita na Célula B, na Batalha, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Eleição dos delegados ao Conselho Distrital de Leiria.

Notas:

1 - As listas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Célula B, na Batalha, até às 24 horas do terceiro dia anterior à eleição.

2 - As urnas estarão abertas por um período de 2 horas.

3 - As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições.

O Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD (Bruno Letra)

BOMBARRAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da JSD de

Bombarral, para o dia 15 de Março de 2008, pelas 16 horas, na Sede Concelhia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos delegados ao Conselho Distrital de Leiria.

Notas:

1 – As listas devem ser entregues na Sede Concelhia, no Bombarral, até às 24 horas do terceiro dia anterior à eleição.

2 – As urnas estarão abertas por um período de 2 horas.

3 – As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições.

O Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD
(Bruno Letra)

CALDAS DA RAINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da JSD das Caldas da Rainha, para o dia 15 de Março de 2008, pelas 16 horas, na Sede Concelhia, sita na Praça 5 de Outubro, n.º 18 R./c Dto., nas Caldas da Rainha, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos delegados ao Conselho Distrital de Leiria.

Notas:

1 – As listas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Praça 5 de Outubro, n.º 18 R./c Dto., nas Caldas da Rainha, até às 24 horas do terceiro dia anterior à eleição.

2 – As urnas estarão abertas por um período de 2 horas.

3 – As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições.

O Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD
(Bruno Letra)

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da JSD de Figueiró dos Vinhos, para o dia 15 de Março de 2008, pelas 16 horas, na Sede Concelhia, sita na Rua Dr. Manuel Simões Barreiros, em Figueiró dos Vinhos, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos delegados ao Conselho Distrital de Leiria.

Notas:

1 – As listas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua Dr. Manuel Simões Barreiros, em Figueiró dos Vinhos, até às 24 horas do terceiro dia anterior à eleição.

2 – As urnas estarão abertas por um período de 2 horas.

3 – As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições.

O Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD
(Bruno Letra)

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da JSD de Leiria, para o dia 15 de Março de 2008, pelas 16 horas, na Sede Concelhia, sita na Rua Dr. José Jardim, em Leiria, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos delegados ao Conselho Distrital de Leiria.

Notas:

1 – As listas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua Dr. José Jardim, em Leiria, até às 24 horas do terceiro dia anterior à eleição.

2 – As urnas estarão abertas por um período de 2 horas.

3 – As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições.

O Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD
(Bruno Letra)

ÓBIDOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da JSD de Óbidos, para o dia 15 de Março de 2008, pelas 16 horas, na Sede Concelhia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos delegados ao Conselho Distrital de Leiria.

Notas:

1 – As listas devem ser entregues na Sede Concelhia, em Óbidos, até às 24 horas do terceiro dia anterior à eleição.

2 – As urnas estarão abertas por um período de 2 horas.

3 – As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições.

O Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD
(Bruno Letra)

NAZARÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da JSD de Nazaré, para o dia 15 de Março de 2008, pelas 16 horas, na Sede Concelhia, sita na Rua Adrião Batalha, n.º 144, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos delegados ao Conselho Distrital de Leiria.

Notas:

1 – As listas devem ser entregues na Sede Concelhia, até às 24 horas do terceiro dia anterior à eleição.

2 – As urnas estarão abertas por um período de 2 horas.

3 – As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições.

O Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD
(Bruno Letra)

PEDROGÃO GRANDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da JSD de Pedrogão Grande, para o dia 15 de Março de 2008, pelas 16 horas, na Sede Concelhia, sita no Largo da Restauração, em Pedrogão Grande, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos delegados ao Conselho Distrital de Leiria.

Notas:

1 – As listas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita no Largo da Restauração, em Pedrogão Grande, até às 24 horas do terceiro dia anterior à eleição.

2 – As urnas estarão abertas por um período de 2 horas.

3 – As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições.

O Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD
(Bruno Letra)

PENICHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da JSD de Peniche, para o dia 15 de Março de 2008, pelas 16 horas, na Sede Concelhia, sita na Rua Alexandre Herculano, n.º 68, 1.º, em Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos delegados ao Conselho Distrital de Leiria.

Notas:

1 – As listas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua Alexandre Herculano, n.º 68, 1.º, em Peniche, até às 24 horas do terceiro dia anterior à eleição.

2 – As urnas estarão abertas por um período de 2 horas.

3 – As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições.

O Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD
(Bruno Letra)

POMBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da JSD de Pombal, para o dia 15 de Março de 2008, pelas 16 horas, na Sede Concelhia, sita na Rua Dr. Luís Torres, em Pombal, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos delegados ao Conselho Distrital de Leiria.

Notas:

1 – As listas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua Dr. Luís Torres, em Pombal, até às 24 horas do terceiro dia anterior à eleição.

2 – As urnas estarão abertas por um período de 2 horas.

3 – As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições.

O Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD
(Bruno Letra)

PORTO DE MÓS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da JSD de Porto de Mós, para o dia 15 de Março de 2008, pelas 16 horas, na Sede Concelhia, sita na Av. de Santo António, n.º 18 – 1.º Esq., em Porto de Mós, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos delegados ao Conselho Distrital de Leiria.

Notas:

1 – As listas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Av. de Santo António, n.º 18 – 1.º Esq., em Porto de Mós, até às 24 horas do terceiro dia anterior à eleição.

2 – As urnas estarão abertas por um período de 2 horas.

3 – As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições.

O Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD
(Bruno Letra)

CONSELHO DISTRITAL DE LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital de Leiria, para o dia 29 de Março de 2008, pelas 16 horas, na Sede Distrital da JSD, sita na Rua Dr. José Jardim, n.º 32, em Leiria, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos delegados ao Conselho Distrital de Leiria.

Notas:

1 – As listas devem ser entregues na Sede Distrital de Leiria, sita na Rua Dr. José Jardim, n.º 32, em Leiria, até às 24 horas do terceiro dia anterior à eleição.

2 – As urnas estarão abertas por um período de 2 horas.

3 – As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições.

O Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD
(Bruno Letra)

ARCOS DE VALDEVEZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da JSD de Arcos de Valdevez, a reunir no próximo dia 21 de Março de 2008, pelas 21 horas, na Sede do PSD de Arcos de Valdevez, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital da JSD Alto Minho.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na mesma localização do Plenário.

O acto eleitoral terá duração de 1h30m.

O Presidente da Mesa do CD/JSD Alto Minho
(Guilherme Emílio)

CAMINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da JSD de Caminha, a reunir no próximo dia 21 de Março de 2008, pelas 21 horas, na Sede do PSD de Caminha, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital da JSD Alto Minho.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na mesma localização do Plenário.

O acto eleitoral terá duração de 1h30m.

O Presidente da Mesa do CD/JSD Alto Minho
(Guilherme Emílio)

MONÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da JSD de Monção, a reunir no próximo dia 21 de Março de 2008, pelas 21 horas, na Sede do PSD de Monção, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital da JSD Alto Minho.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na mesma localização do Plenário.

O acto eleitoral terá duração de 1h30m.

O Presidente da Mesa do CD/JSD Alto Minho
(Guilherme Emílio)

PAREDES DE COURA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da JSD de Paredes de Coura, a reunir no próximo dia 21 de Março de 2008, pelas 21 horas, na Sede do PSD de Paredes de Coura, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital da JSD Alto Minho.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na mesma localização do Plenário.

O acto eleitoral terá duração de 1h30m.

O Presidente da Mesa do CD/JSD Alto Minho
(Guilherme Emílio)

PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da JSD de Ponte da Barca, a reunir no próximo dia 21 de Março de 2008, pelas 21 horas, na Sede do PSD de Ponte da

Barca, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital da JSD Alto Minho.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na mesma localização do Plenário.

O acto eleitoral terá duração de 1h30m.

O Presidente da Mesa do CD/JSD Alto Minho
(Guilherme Emílio)

PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da JSD de Ponte de Lima, a reunir no próximo dia 21 de Março de 2008, pelas 21 horas, na Sede do PSD de Ponte de Lima, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital da JSD Alto Minho.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na mesma localização do Plenário.

O acto eleitoral terá duração de 1h30m.

O Presidente da Mesa do CD/JSD Alto Minho
(Guilherme Emílio)

VALENÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da JSD de Valença, a reunir no próximo dia 21 de Março de 2008, pelas 21 horas, na Sede do PSD de Valença, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital da JSD Alto Minho.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na mesma localização do Plenário.

O acto eleitoral terá duração de 1h30m.

O Presidente da Mesa do CD/JSD Alto Minho
(Guilherme Emílio)

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da JSD de Viana do Castelo, a reunir no próximo dia 21 de Março de 2008, pelas 21 horas, na Sede do PSD de Viana do Castelo, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital da JSD Alto Minho.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na mesma localização do Plenário. O acto eleitoral terá duração de 1h30m.

O Presidente da Mesa do CD/JSD

Alto Minho

(Guilherme Emílio)

VILA NOVA DE CERVEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da JSD de Vila Nova de Cerveira, a reunir no próximo dia 21 de Março de 2008, pelas 21 horas, na Sede do PSD de Vila Nova de Cerveira, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital da JSD Alto Minho.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na mesma localização do Plenário.

O acto eleitoral terá duração de 1h30m.

O Presidente da Mesa do CD/JSD Alto Minho
(Guilherme Emílio)

CONSELHO DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Alto Minho, a reunir no próximo dia 11 de Abril de 2008, pelas 21 horas, na Sede do PSD de Ponte da Barca, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações

2 - Conselho Distrital Eleitoral da JSD Alto Minho.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na mesma localização do Plenário.

O acto eleitoral terá duração de 1h30m.

O Presidente da Mesa do CD/JSD Alto Minho
(Guilherme Emílio)

NÚCLEO DE PARANHOS

Ao abrigo das competências atribuídas à Mesa do Plenário do Núcleo de Paranhos da JSD, pelo artigo 102º dos Estatutos Nacionais da JSD, e em consonância com o artigo 22º, número 4 dos mesmos Estatutos, convoco o Plenário de Militantes do Núcleo de Paranhos para o dia 15 de Março de 2008, pelas 22.00h, na sede do Núcleo, sito à Rua do Campo Lindo, n.º. 63, na cidade do Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Núcleo

Nota:

As urnas estarão abertas entre as 22.00h e as 23.00h.

Faz-se saber que para a abertura deste período eleitoral decorreu o motivo de o actual Presidente da CP Núcleo, o companheiro Alberto Machado, ter sido eleito para Presidente da Secção do Porto, pelo que ao abrigo do art. 22º já referido,

este não poderá acumular funções em órgãos executivos da JSD, e tendo exercido o direito de opção no momento prévio às eleições da secção junto desta Mesa do Plenário, somos a agir em conformidade com o Estatutos.

Faz-se saber que foi apresentado também a esta Mesa do Plenário a renúncia de mandato dos seus actuais membros, pelo que ainda em exercício de funções convocaram este processo eleitoral e irão em término de funções presidir à Assembleia Eleitoral por deliberação da mesma, anterior à renúncia aos seus mandatos.

Mais se informa que a entrega de listas para estes órgãos decorrerá conforme os estatutos da JSD prevêem, até às 24h do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos, art. 23º, n.º. 4 dos Estatutos da JSD, na morada da sede do núcleo já referida.

O Presidente da Mesa do Plenário
(Hugo Miguel Sousa Carneiro)